

UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CAMPUS DE CERRO LARGO

**ELÍGIA DIEL SCHNEIDER**

**A CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA E  
DEMOCRÁTICA**

Cerro Largo, maio de 2013.

**ELÍGIA DIEL SCHNEIDER**

**A CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA E  
DEMOCRÁTICA**

Monografia apresentada à UFFS, *Campus* Cerro Largo, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica, sob a orientação da Professora Ms Neusette Machado Rigo.

Cerro Largo, maio de 2013.

Dedico esta monografia ao meu esposo  
Gilmar Roberto e aos meus filhos  
Deiwis e Bibiana.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, que é direção para o meu trabalho.

E agradecer...

aos meus pais, que me ensinaram a tolerância, o respeito, a ética. E que de mim esperaram reciprocidade e disciplina;

ao meu marido, pela paciência e pelo carinho constante;

aos meus filhos, que consideraram os meus momentos de produção e esforços;

a minha orientadora, professora Ms Neusete Machado Rigo, pela dedicação incansável e ensinamento seguro;

a todos aqueles que fazem parte da minha vida, que me abriram oportunidades, dedicando-me atenção, carinho e garantia de pesquisa e conhecimento, no processo de desenvolvimento deste trabalho.

Muito obrigada!

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 O CONTEXTO E O CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A ESCOLA E A DISCIPLINA.....</b>	<b>17</b>
2.1 A disciplina e a produção de sujeitos.....	18
2.2 A disciplina consciente e interativa.....	26
2.3 A disciplina mediada pela relação professor/aluno.....	28
<b>3 A CONVIVÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA.....</b>	<b>31</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 Compreensões dos professores.....</b>	<b>37</b>
4.1.1 As compreensões acerca da disciplina na escola.....	38
4.1.2 Dificuldades da escola em relação à disciplina/indisciplina.....	44
4.1.3 Caminhos para superar a indisciplina e promover a convivência no espaço escolar.....	51
<b>4.2 Compreensões dos alunos.....</b>	<b>53</b>
4.2.1 O aluno indisciplinado.....	53
4.2.2 A indisciplina e a aprendizagem.....	58
4.2.3 A promoção da convivência na escola.....	61
<b>4.3 Limitações e possibilidades.....</b>	<b>65</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>74</b>

## RESUMO

Este estudo apresenta o tema da convivência na escola, sob o título “A convivência escolar na perspectiva emancipatória e democrática”. E o faz considerando o seu objetivo primeiro de demonstrar os resultados da investigação acerca das concepções de disciplina/indisciplina presentes na realidade escolar, bem como as dificuldades que a escola tem vivenciado em relação à disciplina/indisciplina. E aporta, finalmente, em possibilidades de construção da convivência de forma emancipatória e democrática, na escola investigada. A questão-problema, norteadora da investigação é “Como a escola poderia contribuir para a superação da indisciplina, promovendo a convivência entre os sujeitos?”. Uma pesquisa qualitativa, através de questionários, com questões abertas e fechadas, destinados a professores e alunos de uma escola de ensino fundamental, do município de Cerro Largo – RS, permitiu que chegássemos à conclusão de que a efetivação da convivência não se dá pela disciplina e pela produção de sujeitos dóceis, disciplinados através de regras, vigilância e punições, e sim pelo estabelecimento de acordos conscientes entre sujeitos, para que convivam democraticamente numa perspectiva de emancipação.

**Palavras-chave:** Disciplina. Convivência. Democracia. Emancipação. Acordo.

## **ABSTRACT**

This study presents the theme of coexistence at School, under the title “A scholar living in emancipatory and democratic”. And it does considering his first goal of demonstrating the results of research on the concepts of discipline/indiscipline present in the school, as well as the difficulties that the school has experienced in relation to the discipline/indiscipline. And brings family in construction possibilities of living in a democratic and emancipatory, the school investigated. The question-problem, guiding the research is “How the school could help overcome indiscipline, promoting coexistence between the subjects?”. A qualitative research using questionnaires with open and closed questions, for teachers and students of a primary school in the municipality of Cerro Largo - RS. Allowed us to research the conclusion that the effectiveness of conscious discipline and not interactive is by producing docile subjects trough rules, surveillance, and punishment, but the establishment of agreements between conscious subjects to coexist with democracy perspective of emancipation.

**Keywords:** Discipline. Coexistence. Democracy. Emancipation. Agreement.

## INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o tema da convivência na escola, sob o título “A convivência escolar na perspectiva emancipatória e democrática”, com o objetivo primeiro de demonstrar os resultados da investigação acerca das concepções de disciplina/indisciplina presentes na realidade escolar e das dificuldades que a escola tem vivenciado em relação à disciplina/indisciplina, apontando em possibilidades de construção da convivência de forma emancipatória e democrática numa escola de ensino fundamental, do município de Cerro Largo - RS.

Para alcançar este objetivo, buscamos conhecer as concepções acerca da disciplina/indisciplina presentes na realidade escolar; investigar sobre as dificuldades que a escola tem vivenciado em relação disciplina/indisciplina; apontar quais as possibilidades que a escola teria para construir a convivência de forma autônoma, emancipatória e democrática.

A questão-problema: “Como a escola poderia contribuir para a superação da disciplina/indisciplina promovendo a convivência entre os sujeitos?”, teve a sua delimitação marcada pelas hipóteses: conhecendo a realidade escolar e as concepções de disciplina e indisciplina presentes na mesma é possível se descobrir as dificuldades que a escola tem vivenciado em relação à indisciplina; reconhecendo-se as dificuldades vivenciadas pela escola em relação à indisciplina é possível descobrir as possibilidades que a mesma teria para construir a convivência pela autonomia, emancipação e democracia.

A inquietação da pesquisadora frente aos sujeitos que se fabricam na escola, através de regras disciplinares tão defendidas neste ambiente, cruzada à sua trajetória profissional e acadêmica, bem como às construções enquanto aluna do Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica, justificaram a intenção dessa pesquisa. Daí a proposição de partirmos da discussão do conceito de disciplina abordado por Michel Foucault, como uma tecnologia do poder produtor, para refletirmos sobre como se constitui a disciplina no sujeito e no relacionamento humano.

O contexto pós-modernidade compreende uma variação entre a forma autoritária do educar tradicional e a flexibilização do educar moderno. E essa variação leva ao enfrentamento da problemática disciplinar concebida pelo professor de forma idealista, uma vez que o mesmo tem ideias sobre a disciplina escolar, mas lhe falta a interação entre a análise clara dos determinantes, dos objetivos e das mediações concretas para colocar em prática os métodos eficientes de construção de uma disciplina emancipatória e democrática.

Desta forma, é necessário que analisemos o poder como algo que circula, ou seja, que só funciona em cadeia; não estando nas mãos de poucos, ou podendo ser apropriado como um bem. O poder, para o autor, é exercido em rede e funciona como uma relação de força, nos diferentes níveis das relações sociais. O autor faz referência de que a disciplina aumenta as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade e, em termos políticos de obediência, ela própria diminui essas mesmas forças.

Para o autor, a disciplina exige um espaço específico para seu exercício. No caso da sua obra *Vigiar e Punir*, o espaço físico é a cadeia, um espaço em que os indivíduos são vigiados nos seus atos, e em que o panóptico é um lugar específico para visualizar seu comportamento, a fim de medir qualidades e aplicar sanções. Foucault (1977; 2011), na verdade, apresenta uma discussão da disciplina pelos mecanismos do vigiar e do punir com o objetivo da (re)adaptação e da integração de corpos docilizados à sociedade. Para entendermos, assim, as questões ligadas à disciplina escolar, a sua contribuição foi significativa. A partir desta reflexão, nos desafiamos a buscar compreensões que nos possibilitassem vislumbrar a convivência dos sujeitos numa perspectiva democrática e emancipatória.

Para tanto, também buscamos em Vasconcelos (1994) e, igualmente, Aquino (1996) alguns elementos importantes para percebermos um caminho possível para a construção da convivência democrática, considerando que Foucault suspeita da possibilidade de o sujeito viver democraticamente e emancipado.

Para Vasconcelos (1994) e Aquino (1996) a convivência democrática e emancipatória no espaço físico da escola, constituído em espaço social de construção da aprendizagem e da disciplina, não pode se constituir em um observatório de controle perpétuo dos sujeitos. Vigiar

e controlar alunos representa uma forma autoritária que necessita ser (re)pensada e a escola necessita ser um espaço de expressão e de interação reflexiva.

Assim, nesta perspectiva este estudo buscou aportar em possibilidades de construção da convivência de forma emancipatória e democrática, considerando a temática da disciplina, que vem sendo amplamente discutida nos contextos escolares. O mesmo centrou-se numa visão político-filosófica, levando em conta a problematização dos discursos sobre a indisciplina escolar, uma vez que a sua produção, na escola, pressupõe diferenças significativas de entendimento.

Para chegarmos a este fim, a técnica qualitativa de pesquisa norteou a aplicação de um questionário, com questões fechadas e abertas aos alunos da oitava série e a nove professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. José Schardong, da zona urbana do município de Cerro Largo – RS. Este levantamento de dados permitiu que conhecêssemos as concepções dos mesmos sobre a disciplina/indisciplina escolar. A pesquisa teórico-bibliográfica serviu para identificarmos as literaturas disponíveis e, como contribuição científica, possibilitou a análise dos dados coletados. E a pesquisa documental no Projeto Político-Pedagógico (PPP) buscou contextualizar a realidade e contribuir na análise dos dados levantados através de questionários aplicados a alunos da oitava série e aos professores.

O referencial teórico que contribuiu para que chegássemos às respostas à questão-problema, norteadora da investigação “Como a escola poderia contribuir para a superação da disciplina/indisciplina, promovendo a convivência entre os sujeitos?”, vem descrito na apresentação dos capítulos.

O primeiro capítulo, “O Contexto e o Caminho Metodológico”, apresenta a contextualização da escola e sua realidade, bem como a metodologia, que norteia uma pesquisa documental, de conhecimento da realidade escolar registrada como fonte de informação; e a pesquisa qualitativa, que permitiu o levantamento de dados, através de um questionário aplicado entre professores e alunos.

O segundo capítulo, “A Escola e a Disciplina” apresenta os pensamentos de Foucault (1977), Aquino (1996) e Vasconcelos (1994), mostrando o alargamento destas conceituações

no âmbito institucional escolar e problematizando a ideia de a escola valorizar tanto a disciplina domesticadora e controladora do aluno. Essa disciplina, propagada pelas regras disciplinares, definidas hierarquicamente pelos adultos, não oportuniza às crianças e adolescentes refletirem sobre a importância da construção das relações democráticas de convivência, capazes de os tornarem sujeitos críticos e emancipados. É neste sentido que trabalhamos a representação de sociedade disciplinar e relações de poder apresentada por Foucault (1977), ligada às perspectivas abordadas por Aquino (1996) e Vasconcelos (1994).

O terceiro capítulo, “A Consciência numa Perspectiva Democrática e Emancipatória” apresenta um diálogo do que defende Vasconcelos (1994) com a concepção de Foucault (1977) e as contribuições de Aquino (1996). Foucault (1977) trata da sanção normalizadora, nas formas específicas de punição e de vigilância, num treinamento de correção aos indivíduos indisciplinados. Analisando as formas históricas do poder disciplinar, o autor destina contribuições para que entendamos as práticas de poder estabelecidas nas relações sociais. Foi assim que analisamos essas concepções de poder e suas incidências sobre a vida dos sujeitos e as relacionamos à produção dos meios de lidar com a indisciplina na escola, aplicada em controle, adestramento, docilização, entre outras formas. Aquino (1996) situa a conceituação de Foucault (1977) propondo uma visão emancipatória de construção disciplinar. Assim, apresentamos o diálogo entre essas teorias, defendendo que para Foucault (1977) a disciplina é uma forma de poder sobre os sujeitos, os quais obedecem docilmente, uma vez que são controlados por ela; e para Aquino (1996) a relação hierárquica que se dá no ambiente da escola revela a disciplina, muitas vezes, docilizando corpos e os coagindo, controlando e fabricando a indisciplina – o que pode ser transformado. Já para Vasconcelos (1994), consciência e interatividade levam à convivência emancipatória e democrática.

O quarto capítulo compreende a “Análise de Dados” discutindo em três subtítulos as compreensões dos alunos e professores acerca da disciplina/indisciplina. A importância da disciplina para a aprendizagem e o papel do professor, as dificuldades que a escola encontra para lidar com a indisciplina, bem como as relações dos sujeitos no processo de aprendizado aparecem nesta análise que discute como os conflitos entre protagonistas vêm embutidos no reclamo de obediência, cumprimento de regras e respeito a colegas e professores. Este cenário representa uma das razões do desgaste docente; no entanto, a disciplina consciente e interativa

transforma em aprendizado com valor real, que melhor expresse a convivência soberana e independente entre os sujeitos.

Ainda, no quarto capítulo, apresentamos algumas possibilidades de transformar a disciplina com poder de controle e regulação por normas e limites, em construção de uma convivência autônoma e democrática pelo movimento de reflexão, o qual se inicia na análise da realidade, e parte para a projeção de finalidades, aportando nas formas de mediação.

Aquino (1996) e Vasconcelos (1994) deram aporte teórico ao quarto capítulo, assim como Gentile (2002), além de Foucault (1977). Ainda, para tratar da perspectiva interdisciplinar apostou-se em Fazenda (1979; 1991; 1994; 2001) que defende as práticas interdisciplinares como oportunidades de parceria e do fortalecimento da convivência na produção de conhecimentos.

## **1. O CONTEXTO E O CAMINHO METODOLÓGICO**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. José Schardong foi criada em 1986 pelo decreto 671, sob a portaria de autorização 02950/87 e o início de seu funcionamento se deu em março de 1987, pela necessidade em ter uma escola municipal próxima ao centro do município e, ainda, atender as demandas de algumas escolas de seu entorno, que contavam com um número reduzido de alunos. Sua identificação foi sugerida devido os relevantes trabalhos prestados pelo Pe. Schardong à comunidade cerro-larguense.

Inicialmente, foram implantadas as séries iniciais e a quinta série do ensino fundamental e a cada ano subsequente, foi sendo acrescentada uma nova série até completar, em 1990, as quatro séries do Ensino Fundamental e tornar-se uma Escola de Ensino Fundamental Completo, como foi denominada. O número de alunos e turmas da escola foi crescendo a cada ano, e logo em seguida foi necessária a primeira ampliação e a formação de duas turmas nas séries finais do ensino fundamental.

A escola é considerada Escola Polo, uma vez que o seu corpo discente é formado por alunos que provêm de mais de trinta comunidades compreendidas entre a zona rural, em nuclearização das escolas do interior e os diversos bairros e centro de nosso município, sendo que a maioria é de classe média, perfazendo um total de mais de trezentos alunos, levando em conta também a Educação Infantil municipalizada.

O corpo docente é formado por trinta professores, que trabalham da Educação Infantil à 8ª série. Muitos têm sua formação de Ensino Médio no Magistério, Graduação e Pós-Graduação em áreas afins, e também participam ativamente de formação continuada, qualificando-se e atualizando os seus conhecimentos permanentemente. No setor administrativo, a equipe é formada pela Diretora, Vice - diretor e Secretária, tendo o apoio de uma docente no incentivo e motivação ao estudo. Quatro servidoras formam o quadro de funcionárias, desempenhando a função de merendeira e serviços gerais.

O espaço físico externo da escola é amplo e arborizado, porém existe uma precariedade em termos de espaço físico interno com necessidade de melhorias na infraestrutura e ampliação da escola. As alternativas se centram na ampliação da biblioteca e do acervo

cultural, do parque infantil, de melhorias na quadra de esportes, sanitários dos educandos e construção de laboratório de ciências; igualmente, na criação de um espaço especializado ao atendimento de alunos com dificuldades, assim também a necessidade de recursos didáticos e humanos em Atendimento Educacional Especializado. Já no que diz respeito aos recursos de apoio didático-pedagógico, financeiro e administrativo, acreditamos que existe um bom aporte.

A filosofia da escola é “Educar para a vida e para a liberdade de ação com responsabilidade, desenvolvendo o ser integral”. A escola fortalece sua finalidade humanística, cognitiva e sociocultural, apresentando a oportunidade de ver despertados no aluno os laços de solidariedade, humanidade, dignidade; trabalhando o intelectual, o social, o afetivo e o físico, na busca de melhorar a concentração e o rendimento, bem como a espiritualidade e a autonomia do aluno.

A gestão pedagógica na escola, segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), se dá partindo de estratégias que facilitam o processo de construção do conhecimento, o que vem demonstrando ser diferencial maior das comunidades em se tratando de oportunidades de desenvolvimento. Busca, na verdade, um desafio específico e significativo no trabalho voltado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Assim, cursos, palestras, encontros e propostas educacionais promovidas pela SMEC – Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a UFFS – Universidade Federal da Fronteira sul – Campus de Cerro Largo são instrumentos primordiais para que se promova o aprender a aprender, aprender a pensar, aprender a construir, aprender a ensinar e respeitar, entre outros.

A escola tem um olhar voltado para a inclusão, a fim de atender a diversidade de alunos, seja qual for sua procedência social, necessidade e expectativa educacional, pois está comprometida com os desafios de tratamento das desigualdades educacionais e do êxito e fracasso escolar. Desta forma, não é o aluno que se molda à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Neste contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

As nações indígenas e africanas podem comemorar parte de uma grande luta, que não está para terminar tão cedo. Desde os tempos da Primeira República (1839/1930) até a edição da Lei 11.645/2008, muitos passos foram dados para a atual incorporação do estudo das civilizações indígenas e africanas na escola brasileira, como, por exemplo, a LDB de 1961, art. 38, III, que determinava que diferentes culturas servissem de base para o ensino da História do Brasil. Mas apenas em 2008 a legislação foi mais severa a ponto de exigir o ensino das duas culturas em escolas brasileiras, inclusive nas de ensino fundamental.

Assim, os sujeitos da escola entendem que a referida lei veio corrigir a omissão em relação aos indígenas e africanos. Isto porque a lei é um passo importante. No entanto, além da legalidade, é necessário tornar a legislação efetiva através das políticas públicas e do espaço escolar, que é capaz de tornar possível a História fora das linhas de tempo, de local e de civilização já pré-estabelecidas. É assim que na nossa Escola Pe. José Schardong, existe uma preocupação com a implementação da temática cultural indígena e africana, incorporada no projeto pedagógico como resgate e valorização, que objetiva o preservar, o incentivar e o valorizar das manifestações culturais dos descendentes da imigração africana e dos habitantes brasileiros de população indígena.

Esta escola busca formar cidadãos conscientes, capazes de transformar o meio, atuantes na sociedade, críticos e solidários. Busca, desta forma, levar o aluno a pensar por si mesmo, identificando e resolvendo situações do dia-a-dia, formando-se cidadãos atuantes, para uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna, onde haja solidariedade e paz. Ela tem a preocupação em formar pessoas que exerçam a sua cidadania e progridam no trabalho e nos estudos posteriores. Na verdade, é uma escola que fundamenta uma base, dando suporte de qualidade para os estudos futuros, pois se preocupa com a qualidade formal e integral do ser.

O papel da escola diante de outros espaços formadores é o de orientar a formação integral do educando. A escola e a família têm a tarefa coletiva de crescerem nas relações interpessoais e no desenvolvimento integral do aluno, enquanto sujeito na construção do conhecimento.

Assim sendo vemos que a escola quer ser uma escola cidadã, voltada à filosofia de “Educar para liberdade com responsabilidade e dignidade”. Na verdade, ela procura formar

cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, valorizando a história dos alunos, procurando compreender, ajudar, orientar na sua tomada de posição frente aos acontecimentos e situações cotidianas.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico, o trabalho escolar é interdisciplinar, realizado a partir da metodologia de projetos que colaborem na formação de um ser humano capaz de valorizar esta educação estética, que o preparam para as infinitas possibilidades de desenvolvimento de sua sensibilidade e de sua expressão na apreciação de desenhos, histórias, pinturas, filmes, músicas, peças teatrais e danças, bem como conhecer a cultura popular e erudita, trabalhando a sua linguagem nos mais diferentes aspectos e elaborando a sua experiência. Este trabalho pedagógico centrado na área das linguagens inclui possibilitar a socialização e a memória das práticas esportivas, da ludicidade, a espontaneidade, a autonomia e a organização, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento humano. É primordial o trabalho voltado ao desenvolvimento das capacidades para a aprendizagem e formação de atitudes e valores.

Na escola, a atitude cotidiana de ajuda em prol do primar pela disciplina se dá nas dimensões da colaboração na (re) construção da prática pedagógica dos professores; no modo coletivo e interativo de programações nas diferentes áreas, na troca de experiências, no envolvimento nos projetos e nas oportunidades de manifestações e colaboração.

O caminho metodológico deste estudo envolveu uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a coleta de dados por intermédio de questionários e análise documental. A fim de que a questão-problema “Como a escola poderia contribuir para a superação da indisciplina, promovendo a convivência entre os sujeitos?” fosse respondida, realizamos questionários destinados a professores e alunos da oitava série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. José Schardong. Sete questões abertas e uma questão fechada foram direcionadas aos professores. E, aos alunos, destinamos seis questões abertas.

A importância da escolha da técnica qualitativa, nesta proposta, se centrou nos objetivos a serem alcançados. Não se pretendeu mensurar ou testar hipóteses, por isso não se optou pela modalidade quantitativa de pesquisa.

Aos questionários aplicados em momento agendado, tendo os entrevistados, o tempo de uma hora para responderem às questões, seguiu uma Declaração de Consentimento Livre e Esclarecido, a qual foi lida e assinada pelos envolvidos. Depois de respondidas, as questões foram discutidas e analisadas a partir de referenciais estudados. A reflexão se deu considerando-se os teóricos estudados e os dados levantados na pesquisa documental e no Projeto Político Pedagógico (PPP), que norteia a prática pedagógica, organizacional e administrativa escolar e que foi construído coletivamente, por professores, alunos, funcionárias e pais. A pesquisa documental permitiu que conhecêssemos as informações sobre a proposta escolar documentada, enquanto fonte de dados. E a pesquisa teórico-bibliográfica nos ajudou a identificarmos as literaturas disponíveis de contribuição científica, o que possibilitou a análise dos dados coletados.

Para analisar e discutir os dados foi necessário realizar um estudo aprofundado, em instrumentos teóricos que nos ajudassem a compreendê-los, produzindo-se assim, um conhecimento que contribuiu para transformar esses significados em possibilidades de construção de convivência consciente, autônoma e democrática.

Este estudo buscou aportar em possibilidades de construção da convivência de forma emancipatória e democrática, considerando a temática da disciplina, que vem sendo discutida nos espaços escolares. O mesmo centrou-se numa visão político-filosófica, levando em conta a problematização dos discursos sobre a indisciplina escolar, uma vez que a sua produção na escola pressupõe diferenças significativas de entendimento.

## 2. A ESCOLA E A DISCIPLINA

O termo disciplina vem do latim e liga-se a regras e condutas preestabelecidas. A disciplina, segundo Houaiss (2008, p. 253) é “obediência às regras e aos superiores; ordem, bom comportamento”. Este significado está ligado ao método e à regularidade da submissão disciplinar, porque disciplinar e, num sentido geral, “controlar, impor castigos, punir”. (HOUAISS, 2008, p. 253).

Os padrões disciplinares pautam a educação escolar e os critérios adotados para a identificação de comportamentos disciplinados/indisciplinados se transformam e se diferenciam tanto no contexto escolar, quanto no social. Rego (1996) defende a não estaticidade, uniformidade e universalidade do conceito de disciplina. Desta forma, entendemos que a obediência às normas e às regras, decorrente do poder inerente à determinada autoridade, necessitam ser problematizadas.

Não devemos educar para que alunos se convençam de regras definidas, mas de forma que todos os sujeitos se envolvam na definição das “regras” da escola. Desta forma, o que foi construído em conjunto, deixa de ser simplesmente normas e regras e passa a ser produto da discussão coletiva e democrática, bem como do estabelecimento de acordos entre os grupos que mantêm uma convivência permanente. Esta questão central da pesquisa é problematizada em Foucault (1977, 2011), quando trata da produção da disciplina.

Na escola antiga, o controle comportamental rígido sobre a conduta dos alunos mostrava uma disciplina imposta à base de castigos, coação e ameaças. O poder disciplinar e as suas práticas, desta forma, funcionavam estabelecendo relações de dominação de um sujeito sobre outro.

Para discutirmos a questão da disciplina na escola não poderíamos deixar de recorrer às contribuições teóricas de Michel Foucault (1977; 2011). Os seus estudos discutem como as relações de poder/saber produzem os sujeitos. O poder disciplinar discutido por Foucault nos leva a pensar sobre como ele se manifesta na escola, através das regras, normas, vigilância e punições. Por isso, nosso estudo parte dessa análise e encontra em Aquino (1996) e Vasconcelos (1994) possibilidades para repensarmos o que fazemos na escola e como

podemos fazer para construirmos um espaço de convivência orientado por princípios democráticos e reflexivos.

## 2.1 A disciplina e a produção de sujeitos

A relação poder/saber está presente na obra *Vigiar e Punir*, de Foucault (1977; 2011), constituído de três partes, sendo que a primeira apresenta a concepção disciplinar de poder a partir de práticas sociais/jurídicas envolvendo a história das prisões. A segunda parte diz respeito à punição, à docilização e ao adestramento de corpos, enquanto aspectos disciplinadores. E a terceira mostra a uma análise reflexiva da disciplina e suas características de correção e punição para a (re)integração de sujeitos à sociedade, bem como para o bom funcionamento da mesma.

O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade; mas é, também, uma realidade fabricada por esta tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 2011, p. 185).

É neste sentido que Foucault (1977; 2011) discute a disciplina como uma forma de poder que produz sujeitos, uma vez que são controlados por ela e a renovam assumindo, no dia-a-dia, os aspectos dos efeitos deste poder.

A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2011, p. 203).

Segundo o autor, a disciplina toma forma de poder ou modalidade para exercê-lo através de mecanismos que a põem em funcionamento. Estes mecanismos são os instrumentos para uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente. São, na verdade, instrumentos, técnicas e procedimentos para a tomada de conta permanente do comportamento dos sujeitos.

Foucault (1977; 2011) chama a atenção para a dificuldade que os sujeitos têm de tornarem-se emancipados, uma vez que os mesmos estão, sempre, suscetíveis às malhas do

poder, subjetivados pelos discursos e pelas práticas que o circulam. Na verdade, a sujeição constante do indivíduo é mostrada pelo autor na perspectiva do panóptico.

O panóptico era um mecanismo de vigilância que permitia observação constante, que produzia no sujeito uma vigilância permanente. Essa observação integral e opressiva fortalecia o poder disciplinador de vida do indivíduo, intimidando-o a não cometer o mal, mitigando a necessidade de combater a violência física com outra violência, também física; ou seja, o sujeito assume a vigilância de si e passa a medir seus atos, controlá-los, interiorizando culpa e gerando remorso. “O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição [...]. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha”. (FOUCAULT, 2011, p. 190).

Esta relação de poder está esclarecida em Gore (2000), que apresenta que os efeitos do poder também são produzidos nos discursos educacionais e na própria escola.

Mecanismos de poder-saber funcionam não apenas em relação a pedagogias defendidas em discursos educacionais, isto é, em relação a visões sociais e práticas instrucionais particulares, promulgadas em nome da pedagogia, mas também em relação à pedagogia dos argumentos, que caracterizam discursos educacionais específicos, isto é, aos próprios argumentos. (GORE, 2000, p. 14).

É neste sentido que o autor apresenta o objetivo primeiro do panóptico como o da indução do sujeito a um estado que assegure o funcionamento automático do poder, ou seja, o fato de estar em permanente vigilância e de saber que está sendo vigiado o leva à sujeição e a inscrever em si a relação de poder. Na verdade o sujeito torna-se o princípio de sua própria sujeição, porque as práticas ou relações de poder estabelecidas na sociedade fazem com que o poder seja o próprio funcionamento da sociedade. Para Foucault (1977), o panóptico pode ser exercido em para além dos ambientes dos reclusos, ou seja, dentro da sociedade, por exemplo, pelos próprios observados, os quais incorporam valores de vigilantes.

Foucault (1977; 2011) deixa claro a determinação das formas de dominação pela expressão da vigilância, pela reclusão ou pelo vigiar levado à obediência. O panóptico era um modelo de sistema de reclusão imaginado por Bentham num tempo em que, na Europa, a hierarquia determinava a vigilância e o conseqüente controle sobre a população. Para Foucault (1977; 2011) a técnica tinha como objetivo controlar e corrigir os presos ditos

“anormais” e a utilização de dispositivos disciplinares apontava para este fim. Desta forma, o panóptico seria uma expressão desses dispositivos.

No esquema do panóptico não seria mais necessária a reclusão nos moldes tradicionais, a qual mantinha o recluso escondido. O mesmo passava a ser vigiado constantemente, sendo que a impressão de sua existência passava a ser mais eficiente. Também, o ato de os detidos serem mantidos separados entre si, evitava riscos de aglomeração, facilitando o controle. Para Foucault (2011, p.177), “a multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas”. Era esta situação de estado de vigilância constante que garantia certo automatismo na manutenção do poder.

A relação da técnica do panóptico com o poder constituído na escola compreende a normalização. Os sujeitos se transformam em agentes de normalização no momento em que exigem de si mesmos e dos outros que se adequem às normas, correspondendo ao que a escola espera deles. É assim que Foucault (1977; 2011) defende a ideia de que o poder passa pelo corpo dos indivíduos, pelos seus sentimentos e pelos seus comportamentos. E é assim, também, que um comportamento dito disciplinar garante o funcionamento dessa forma nova de poder. Para o autor, a disciplina fabrica corpos dóceis, ou seja, corpos submissos e adestrados; ela aumenta as forças do corpo, dadas como econômicas e utilitárias e diminui as mesmas forças, no sentido político de obediência.

Os procedimentos técnicos de normalização apresentam ponto de inscrição privilegiado, que são os corpos, distribuídos nos espaços institucionais, ou seja, na escola, na fábrica, no hospital ou na prisão. Na obra *Microfísica do Poder* (1979), Foucault apresenta que é preciso que não tomemos o poder como fenômeno de dominação dos sujeitos, de poder de uns sobre os outros, mas que o analisemos como algo que circula.

“O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outras palavras, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Ele passa pelos sujeitos e produz efeitos. Ao mesmo tempo em que o indivíduo sofre seu efeito também o produz. “O indivíduo é efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo

próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui”. (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Vigilância e punição são formas coercivas e não formam cidadãos autônomos e respeitadores do outro. Para La Taille (1998) a indisciplina em sala de aula decorre do enfraquecimento do vínculo entre moralidade e sentimento de vergonha.

A (in)disciplina muitas vezes é gerada porque o aluno se sente inferior, por não conseguir agradar o professor no que lhe é proposto. Os educadores se encontram num verdadeiro dilema, só sabem reclamar dos alunos, às vezes não são capazes de identificar a causa do problema e tentar uma solução. Acabam rotulando os mesmos, por isso cada vez mais está se tornando um problema polêmico, onde há uma frustração tanto para os alunos como para a família e para a escola. (LA TAILLE 1998, p. 271).

Como fenômeno perturbador da aprendizagem, a indisciplina flui na sala de aula e repercute na relação professor/aluno. Quanto antes for percebido o problema, tanto antes poderá ser atenuado ou superado. E a liberdade é essencial para que a disciplina seja assumida como autodisciplina e não coercivamente. Desta forma, a integração professor/aluno é elemento de relevância para a construção disciplinar.

La Taille (1994) defende que a indisciplina não é efeitos de certas medidas disciplinares, mas sim de todo o sistema de educação, de todas as circunstâncias da vida, de todas as influências a que os alunos estão sujeitos.

Poucas palavras, nenhuma explicação, atenção ao sinal, atendimento automático às ordens, entre outras formas promoviam um reagir imediato dos alunos numa combinação calculada de tática e prática disciplinar. Para os teóricos do século XVIII essa disciplina representava o fundamento geral da prática militar.

Nestas perspectivas, o poder permite a produção da disciplina e através dela, o sujeito. Foucault (1997; 2011), discute que a punição e a vigilância representam mecanismos docilizadores e adestradores de pessoas. Através destes mecanismos é possível levar os sujeitos a se adequarem às normas e regras, uma vez que a ação de vigiar incide sobre os corpos dos sujeitos e controla suas vidas, desde os seus gestos ou suas atividades até suas aprendizagens. As discussões de Foucault levam-nos a pensar nas relações que seu

pensamento estabelece com a realidade escolar. A escola se preocupa constantemente com a disciplina dos alunos. E entende esse poder como controlador e regulador.

A disciplina na escola não poderia ser construída fora de um contexto em que acontece a aprendizagem. Professores podem estimular ou desestimular o desenvolvimento de seus alunos

as atitudes do professor, bem como as atitudes dos alunos, estão em relação de causa e efeito mútuos. Reconhece-se que as atitudes do professor dependem das atitudes dos alunos e variam de uma para outra. Cada aula tem o seu clima próprio estabelecido pela interdependência dos alunos. O ambiente da sala de aula é, portanto, muito complexo, e a causa disso reside na interação professor-aluno. (HILLAL, 1985, p. 39).

É neste ínterim que a produção de sujeitos disciplinados requer um grau de equilíbrio na relação professor/aluno. O professor precisa estar capacitado a mediar as diferentes situações, tendo domínio de conteúdo e dos demais conhecimentos que possam oportunizar a construção da disciplina e da aprendizagem. Deve possuir, segundo Hillal (1985), maturidade psicológica e descobrir os meios e as técnicas de educar atendendo as necessidades dos sujeitos que vivem uma nova era. Os alunos precisam de referência para tomar decisões ou realizarem escolhas. Através do diálogo, que muitas vezes sugere a existência de limite, podem conquistar dignidade, respeito e outras formas de dignidade. Para Hillal (1985) a causa da indisciplina pode ser entendida como reflexo de enfraquecimento do processo de desenvolvimento moral. Desta forma, a falta de limites aparece como caracterizadora de ocorrências indisciplinadas em aula. E o poder como controlador das mesmas.

O poder disciplinar controlava a sociedade burguesa no final do século XVIII e as disciplinas garantiram a articulação harmoniosa da sociedade. Foucault (1997; 2011) explica que foi assim que a disciplina passou a controlar os sujeitos estabelecendo relações de poder reguladas pelas normas, numa distribuição dos sujeitos no espaço.

A distribuição dos sujeitos no espaço serviu para determinar o lugar de cada um, numa hierarquização de vigilância e recompensa. Assim, a disciplina rompeu comunicações perigosas e estabeleceu espaços úteis. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar a distribuição por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as

pluralidades confusas, maciças e fugidias”, diz Foucault (2011, p. 138), se referindo a um espaço organizado de forma analítica, pela disciplina.

Já a sujeição obtida através do saber remete à ideia de que o poder está em todos os lugares e permeia, assim, as relações estabelecidas entre os sujeitos e o exercício de construção de saberes. “O poder produz saber [...]; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber”, diz Foucault (2011, p. 30). Assim, medidas punitivas podem estar ligadas a uma série de efeitos positivos, como por exemplo, a ideia de corpo produtivo e útil, uma forma disciplinar organizada e tecnicamente pensada, dirigida à alma e não ao corpo.

E a vigilância regulamentada pela rotina organizou o espaço serial, o que para Foucault (1997; 2011) foi determinante na possibilidade de controle dos sujeitos, individualmente e no coletivo, dando garantias de qualidade ao tempo empregado. “[...] controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil”. (FOUCAULT, 2011, p. 145).

“Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”, diz Foucault (2011, p. 147). Assim, a disciplina, para o autor, define as relações que o corpo mantém com os objetos que manipula e com a comunicação que estabelece. Neste sentido, o exercício da disciplina compreende o controle do corpo.

Na escola, fabricamos sujeitos disciplinados, tendo-os sob nosso controle, ou seja, sob nosso poder. Neste espaço recortado, vigiado em todos os seus pontos, os sujeitos se inserem em lugar fixo, têm seus movimentos controlados, o poder é exercido sem divisão. O professor, muitas vezes, assume função hierárquica e os dispositivos disciplinares são treinamentos para medir, controlar ou corrigir àqueles que fogem à marcação de disciplinados.

A extensão da sociedade disciplinar discutida por Foucault (1997; 2011) configura o espaço escolar como homogêneo, no qual os sujeitos compõem o todo, observados e vigiados pelo professor. “O aluno deverá aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles”, diz Foucault (2011, p. 160).

As instituições, tais como os hospitais, as prisões, quartéis e as escolas serviram de máquinas que controlavam e transformavam comportamentos, modificavam espíritos, formavam os saberes dos indivíduos, permitindo distribuir as variedades dos vícios e das fraquezas dos sujeitos.

Castigos secretos e não codificados pela legislação, um poder de punir que se exerce na sombra, de acordo com critérios e instrumentos que escapam ao controle – é toda a estratégia da reforma que corre o risco de ser comprometida. Depois da sentença é constituído um poder que lembra o que era exercido no antigo sistema. O poder que aplica às penas ameaça ser tão arbitrário, tão despótico, quanto àquele que antigamente as decidia. (FOUCAULT, 1997; 2011, p. 125).

O encarceramento traz consigo maneiras de vigilância e punições ao que está inadequado às regras. A ordem dos castigos disciplinares não respeita, na verdade, os processos naturais e observáveis, como o tempo de um exercício, a duração de um aprendizado ou o nível de aptidões do sujeito. Assim a penalidade disciplinar comporta dupla referência: serve para reduzir desvios, ou seja, é essencialmente corretiva; ou marca desvios com castigos e recompensas. “A arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão”, diz Foucault (2011, p. 175). Na verdade, ela põe em funcionamento o relacionar dos atos, os desempenhos, os comportamentos e os princípios das regras a serem seguidas.

Para o autor a penalidade normaliza. Assim, o poder da norma aparece por meio da disciplina. Modificar comportamentos, treinar indivíduos é aperfeiçoar o exercício do poder. A prisão “dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo”, diz Foucault (2011, p. 222). Na verdade este processo é bem mais intenso do que os que encontramos em outros dispositivos disciplinares, uma vez que a prisão excede a simples privação da liberdade de uma maneira dura, que torna efetiva a ação da prisão sobre os detentos.

É neste sentido que estamos, sempre, sujeitos ao poder. Embora a modernidade nos tenha levado a acreditar que escapamos totalmente do poder, o exercermos no nosso dia-a-dia e vamos vivendo o desafio de disciplinar.

Assim, apresentamos uma discussão sobre os conceitos de disciplina, mostrando o alargamento desta conceituação no âmbito institucional escolar, bem como o conceito de

indisciplina e suas causas, considerando, também, as reflexões de Aquino (1996; 2011) e Vasconcelos (1994).

Aquino (2011) faz referência à emergência dos estudos sobre a temática disciplinar, ressignificando os fazeres pedagógicos que incitam a demanda do disciplinamento das vidas escolares. Sendo a disciplina cotidianamente construída na escola, as relações de poder despontam como referencialidade para a fabricação da disciplina.

O discurso normativo, na atualidade escolar, reforça a ideia de que a ação escolar captura a referencialidade das demandas da normalização. Sanções normalizadoras qualificam e classificam as indisciplinas.

Alguns conceitos históricos norteiam a prática pedagógica escolar, fazendo com que professores e alunos construam concepções acerca da disciplina/indisciplina ligadas a uma estrutura comum - a das palavras ordem, obediência, regras, respeito, limites.

A década de 60 foi marcada por um estilo disciplinar que compreendia em procedimentos de punição e repressão aos alunos, em desrespeito às suas individualidades. Entre as décadas de 70 e 80, o respeito à autoridade do professor e a liberdade concedida aos alunos representavam um meio termo, que foi substituído nos anos 90 pela reflexão e ação diante da (in)disciplina. Assim, a escola de hoje vive a influência da sociedade da informação e, diante dessas transformações, os conceitos de disciplina/indisciplina, que deveriam vir associados à construção da convivência de forma emancipatória e democrática, ainda evocam o “silenciar”, o “prestar atenção às aulas”, o “respeitar”, entre outras formas em conformidade com regras estabelecidas.

Para Aquino (1996), a disciplina pode significar movimento, transposição de obstáculos ou força afirmativa, ao invés de resignação ou obediência às regras. O autor defende que alunos precisam enfrentar obstáculos e compreender os limites e as dificuldades, dando significado a esse enfrentamento. Daí resultará a adequação do aluno no processo e, por consequência, a compreensão de limites, o que faz com que a disciplina se manifeste como força afirmativa.

Vasconcelos (1994) defende o desencadeamento do universo escolar, tão diversificado e entrelaçado à família e à sociedade. Para o autor, os sujeitos precisam ter espaço de expressão e de interação, para sentirem que a escola também é sua e que são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Assim, apresenta a disciplina consciente e interativa como elemento fundamental, tanto na construção da relação professor/aluno quanto na aprendizagem.

## **2.2 A disciplina consciente e interativa**

Foucault (1997; 2011) trata da sanção normalizadora, nas formas específicas de punição e de vigilância, num treinamento de correção aos indivíduos indisciplinados, para que entendamos as práticas de poder estabelecidas nas relações sociais. Aquino (1996), por sua vez, situa esta conceituação de Foucault (1997; 2011) propondo uma visão emancipatória de construção disciplinar.

Assim, apresentamos o diálogo entre essas teorias, considerando que para Foucault (1997; 2011) a disciplina é uma forma de poder sobre os sujeitos, os quais obedecem docilmente, uma vez que são controlados por ela e, desta forma, o sujeito nunca estará livre da sujeição que o poder lhe provoca. Porém, Aquino (1996) discute a relação hierárquica que se dá no ambiente da escola docilizando corpos e os coagindo, controlando e fabricando-os e, por isso, propõe formas para democratizar o poder a fim de não construir relações de dominação entre os sujeitos, no caso entre professores e alunos.

Vasconcelos (1994) também defende essas possibilidades, considerando a consciência e interatividade como formas que levam à convivência emancipatória e democrática. Para ele, a escola tem a disciplina associada à obediência às regras e o professor tem o firme desejo de que alunos permaneçam em silêncio, ouçam atentamente às explicações e realizem as atividades sem se manifestarem, exceto quando são convidados a se pronunciarem. As manifestações de inquietação ou desatenção são consideradas formas indisciplinadas e apresentam variáveis que influenciam no ensino e na aprendizagem. No entanto, obedecer, fazer silêncio, prestar atenção, conformando-se com as regras estabelecidas não constrói um sujeito democrático e autônomo. Isso seria associar a disciplina com passividade, tranquilidade e sujeição. Para Vasconcelos (1996), o ideal de uma disciplina seria o da

consciência e da interatividade, com marcas de respeito, responsabilidade, participação, construção de conhecimento, formação de caráter e cidadania.

Neste ínterim, é necessário que superemos a noção de disciplina como ideia de bom comportamento. A construção da disciplina vai além, ampliamos seu conceito para construir a convivência entre os sujeitos num espaço social, como a escola. Essa nova compreensão envolve a atuação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, dando opiniões, tomando decisões, expressando-se livremente, perguntando, questionando, fazendo escolhas.

A importância da disciplina consciente e interativa na escola reside na ideia de rompimento com o método tradicional que, de certa forma, é tão repressivo, de coação e autoritário, quanto o discutido por Foucault (1997; 2011). E aponta para caminhos emancipatórios e democráticos. Silêncio, ordem e outros comportamentos do gênero não sinalizam disciplina. Ao contrário, representam fatores associados à frustração e à opressão.

A escola é um local que possibilita vivências sociais, diferenciadas das vividas no âmbito familiar. No entanto, essas experiências disciplinares primeiras da vida das crianças e adolescentes, de certa forma, refletem nas relações estabelecidas na escola. Se os pais conseguem estabelecer limites e regras claras, mantidas de forma consistente e adequadas às possibilidades dos filhos, esta educação democrática e coerente influenciará na construção disciplinar em sala de aula.

Para Vasconcelos (1996) a proposta de disciplina consciente e interativa não tem receita mágica, nem idealização alternativa e, muito menos, sensação de não poder. Para mudar de uma realidade indisciplinar a uma disciplina com consciência e interatividade é necessário uma tomada de posição, em resgate do professor enquanto sujeito de transformação.

Sair do mecanicismo e do formalismo é o primeiro passo para que o professor adentre na reflexão, na busca e no comprometimento com a construção disciplinar. Foucault discute a questão do poder (re)direcionando-o a um projeto novo: "(...) todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria", diz Foucault (1977, p.77). Desta forma, é preciso que

lutemos aonde existe possibilidades concretas e, ao mesmo, tempo, que busquemos novas possibilidades.

A disciplina interativa e consciente é uma destas possibilidades. O papel revolucionário e transformador do professor é a essência do seu trabalho, defende Vasconcelos. E isso envolve um projeto de compromisso com a mudança da realidade. A tarefa de construir uma nova disciplina passa pelo restabelecimento do sentido para a escola, para o estudo, bem como pelo restabelecimento dos limites, defende Vasconcelos (1996).

### **2.3 A disciplina mediada pela relação professor/aluno**

A escola ainda representa um espaço de individualização do aluno, quando deveria cumprir com sua função social de convivência pelo respeito mútuo, ou seja, fortalecida pela convivência democrática e emancipatória.

A relação professor e aluno, no processo de aprendizagem, necessita estar assegurada pela participação responsável e comprometida com o coletivo. Isso significa o favorecimento de iniciativas autônomas ao aluno, uma vez que a problematização, a orientação e o questionamento das situações problemas estimulam o mesmo nos seus processos de decisão, de escolhas, de participação.

Para Vasconcelos (1996) a visão que o professor tem da sua prática pedagógica é fundamental nesta construção relacional professor/aluno. Marcada, atualmente, pela contradição repressão/liberdade, esta visão pode desgastar a ação pedagógica. No entanto, entender a educação não como forma repressora ou libertária, pode dar ao processo um novo contexto. Aí reside, assim, a importância da disciplina para a aprendizagem. Historicamente, a escola foi marcada pelo autoritarismo; e os alunos, não aceitando o autoritarismo, passaram a demonstrar sua insatisfação com atos indisciplinados.

A construção da disciplina interativa e consciente se dá num processo de interação social, que visa adaptação e transformação. Através da mediação é possível inserir os sujeitos no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação, em vista do bem comum. Este papel social da escola compreende em atrair o envolvimento e o interesse dos

alunos pelo estabelecimento de limites e pelo desenvolvimento de atitudes essenciais para a convivência democrática e autônoma. Para Weil (1979, p.146), “a arte de ensinar é, antes de tudo, a arte de interessar os alunos assimilarem os assuntos”.

É neste sentido que percebemos que os alunos precisam compreender a proposta escolar como uma estruturação confiável, uma vez que a mesma tem que ter a preocupação de estar adequada às possibilidades e às necessidades de todos. Desta forma, o respeito entre professor/aluno/professor estará alicerçado na dignidade do ser humano e nos ideais de cidadania.

É papel do professor o de compor uma intervenção pedagógica articulada com os ideais da democracia e do efetivo exercício da cidadania. Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam que a educação deve promover a formação de indivíduos que tenham condutas guiadas por princípios de dignidade cidadã. E a escola precisa encorajar os alunos, de forma decisiva, no seu compromisso com o respeito às regras e a atenção aos limites. É assim que professor e alunos constroem relações autênticas e de reciprocidade, as quais aportam em disciplina na sala de aula.

A escola encontra inúmeras dificuldades para lidar com a indisciplina. E os conflitos entre protagonistas vêm embutidos no reclamo de obediência, cumprimento de regras e respeito a colegas e professores.

Na relação professor/aluno o vínculo entre a indisciplina e esta ligação é estreito. A abordagem sociocultural evidencia finalidades sócio-políticas da educação e da aprendizagem, apresentando a relação professor-aluno de forma horizontal, nunca imposta. Nesta relação, professor e aluno se constituem em sujeitos do ato de conhecer. Para Mizukani (1986, p. 99) a relação entre o mestre e o aprendiz é horizontal, uma vez que o professor e o aluno aprendem juntos, em atividades diárias. O professor é responsável por um trabalho transformador, que leve o aluno à consciência e à emancipação.

As trocas estabelecidas na interação entre professor/aluno resultam em aprendizagem. Neste processo, o professor é um mediador e a relação pedagógica depende da colaboração de ambos para que as trocas tenham condições de progredirem.

Aquino (1996) apresenta uma discussão referenciada às relações dos sujeitos. Atualmente, as situações pedagógicas exigem condições fundamentais de intervenção disciplinar e relacional adequada e sustentada. Os moldes de XVII e XVIII, de adestramento ou de outras formas disciplinadoras já não emergem como referência.

Aquino (1996, p 31) apresenta que “[...] o aluno disciplinado é aquele que se encaixa no molde de uma criança ideal, e o indisciplinado é, ao contrário, aquele cuja imagem aparece institucionalmente fora de foco”. Assim, a questão da disciplina construída na escola se concretiza em três níveis: o da prevenção à indisciplina apoiada em estudo e intervenção pedagógica adequada; o da prevenção à indisciplina pelo clima relacional favorável ao desenvolvimento social/moral dos alunos e o da prevenção à indisciplina pela orientação reguladora do universo normativo pelo professor. Essa regulação mediada se difere da regulação panóptica vista em Foucault (1977; 2011), uma vez que compreende identificação dos fatores internos que podem interferir nas questões disciplinares da escola e adequação na intervenção às questões.

Planejar, desta forma, é dar atenção à questão relacional, entre alunos, professores e alunos, professores e pais. Esta forma de construção disciplinar, deve vir sustentada pela interatividade e pela democracia, para que a convivência esteja articulada pela proposta da escola.

### **3 A CONVIVÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA**

Uma das possibilidades para ultrapassarmos o conceito da disciplina para além da prática comportamentalista, seria pensarmos a perspectiva da convivência, por intermédio da construção da vivência democrática e emancipatória na escola e nas salas de aula. Temos, neste espaço, o professor como articulador como coordenador do processo e como agente histórico da transformação da realidade. E o aluno como sujeito de uma nova relação.

Em se tratando de possibilidades de transformação da disciplina com poder de controle e regulação por normas e limites, em construção da convivência pelo movimento de reflexão, é necessário que atentemos para a realidade, projetemos finalidades e aportemos em formas de mediação.

A efetivação da convivência democrática e emancipatória se torna um desafio, nestes tempos modernos. A construção da disciplina consciente e interativa é uma questão que envolve reflexão e comprometimento da comunidade educativa em torno da proposta de darmos novo sentido à disciplina.

Para Vasconcelos (1994, p.18) o movimento geral da reflexão capaz de produzir um novo conceito para a disciplina que esteja preocupada com a convivência articula-se em torno de três grandes eixos: análise da realidade, projeção de finalidades e formas de mediação. A análise da realidade compreende na percepção de como se manifesta e de como se compreende o problema. Já a projeção de finalidades se volta à questão sobre qual disciplina queremos e sobre a direção de nossos esforços para alcançá-la. E as formas de mediação se centram em o que seria necessário fazer para equacionar o problema da disciplina, a ponto de transformá-la em disciplina democrática e emancipatória.

A escola em estudo tem um desejo de enfrentar a problemática disciplinar. No entanto, alguns professores não dispõem de uma concepção que lhe ofereça métodos eficientes para o enfrentamento do problema. Vasconcelos (1994) sustenta que conformismo e comodismo são caracterizadores da dificuldade de enfrentamento das situações disciplinares.

Nas aulas, os professores perdem muito tempo em questões de disciplina, quando deveriam promover a interação do aluno com o conhecimento e sua realidade. Isso permitiria que os mesmos identificassem as causas da indisciplina e projetassem as finalidades e as formas de mediação concreta, enfrentando o problema e buscando construir, assim, uma disciplina consciente e interativa.

Um projeto de enfrentamento do problema deve ser construído em torno das múltiplas relações estabelecidas no coletivo escolar. Gentile (2002) diz que o professor pode fazer da indisciplina uma grande aliada. “Ela atrapalha e incomoda, mas se for trabalhada de forma adequada, pode ajuda-lo a conquistar a turma”, sugere Gentile (2002, p. 16).

Na verdade, a autora chama a atenção para a questão disciplinar considerando que o papel do professor é fundamental na transformação do significado da disciplina. O processo de ensino e aprendizagem necessita ter um sujeito integrado e o distanciamento desse sujeito pode representar que algo não vai bem, o que gera contestação. Gentile (2002) apresenta que a estratégia é transformar a contestação em aliada, entendendo e fazendo com que os sujeitos entendam o que os incomoda e como isso pode ser transformado. Para a autora é necessário tornar a aula uma experiência de vida e de movimentação, deixando de lado a proposta centrada em preocupações únicas de transferência de conteúdos e obediência.

Vasconcellos (1995) apresenta que as formas autoritárias de educação são determinantes de desmotivação ao aluno e de indisciplina. Os sujeitos precisam ter espaço de expressão e de interação, para sentirem que a escola também é sua e que são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

É neste sentido que o professor precisa ser um mediador, promovendo um clima de comunicação, de segurança, de aceitação, de encorajamento, de confiança, totalmente favorável à participação ativa dos alunos. É desta forma que pensar em disciplina e indisciplina escolar pelo viés da educação dialético-libertadora é, não somente apontar em caminhos que direcionam para a compreensão das concepções de disciplina/indisciplina que ocorrem no âmbito escolar; compreende a proposição de possibilidades à construção da convivência de forma consciente e interativa.

O estabelecimento de acordos conscientes entre sujeitos possibilita a construção de uma disciplina diferenciada daquela exposta por Foucault (1977; 2011), baseada em vigilância e controle constantes, adestramento, docilização e punição. Permite que superemos a ideia de controle comportamental rígido sobre a conduta dos alunos, o que direciona para uma disciplina imposta à base de castigos, coação e ameaças. Esse poder disciplinar e as suas práticas apontam para a dominação de um sujeito sobre outro e não em reciprocidade.

Superar a ideia de disciplina existente através de normas e punições, aportando em estabelecimento de acordos conscientes entre sujeitos para que vivam democraticamente é o papel da escola atual.

Acordos são “entendimentos recíprocos; ajustes formais”. Já as regras são definidas como determinantes que “regulam, dirigem; o que foi determinado por lei ou por costume”. (HOUAISS, 2008, p. 641).

As conceituações diferenciadas já apontam para perspectivas diversas. Enquanto em Foucault (1977; 2011) a disciplina era construída pela regulação e por determinações que produziam sujeitos disciplinados e dóceis, cumpridores de regras; Aquino (1996) e Vasconcelos (1994) promovem uma discussão em torno de acordos recíprocos, construídos pelos sujeitos, a fim de que convivam de maneira democrática e interativa.

Além dos acordos, que propiciam o estabelecimento de relações interpessoais entre os sujeitos e as dinâmicas sociais, outros aspectos são fundamentais para a mediação pedagógica do professor. A participação, o respeito, a responsabilidade na formação do caráter e da cidadania são caracterizadoras da proposta de efetivação da disciplina democrática e emancipatória. É desta forma que, em se tratando da mesma, o ensino e a aprendizagem também envolvem formulações para a transformação e para a capacidade de lidar melhor com as complexidades que circundam a vida dos sujeitos.

Assim, favorecer o desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e social dos alunos compreende, ao professor, em apostar em uma proposta constituída pela própria prática pedagógica. Esta prática necessita relacionar as referências das experiências anteriores às novas possibilidades do momento, ou seja, assumir uma postura reflexiva e investigativa da

sua ação pedagógica caminhando no sentido de (re)construí-la em abordagens interdisciplinares, por exemplo. Isso é repensar, em um ambiente inovador, as potencialidades do aluno, delineando um percurso possível, o qual rompe com delimitações do cotidiano e fragmentações, dizem Almeida e Fonseca Júnior (2000, p. 22).

A construção da convivência autônoma e emancipatória pode ser fortalecida pelas práticas interdisciplinares que os professores podem realizar, num exercício da solidariedade e do diálogo, com diferentes possibilidades. Isto porque a fragmentação do saber impossibilita a compreensão de formulações teóricas, bem como das suas relações com o concreto. Neste sentido, a escola precisa promover um ensino e uma aprendizagem significativa, num trabalho de atitude interdisciplinar.

[...] uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os anos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo - ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo -, a atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de desvendar novo saber, atitude de desafio - desafio perante o novo, atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso de construir sempre e da melhor forma possível. (FAZENDA, 1995, p. 82).

A atitude disciplinar, para a autora, é uma atitude de alternativas para a prática do professor. E essas alternativas vêm imbuídas de humildade, envolvimento e comprometimento com projetos e compromissos com a construção de saberes. Desta forma, o professor precisa atribuir valor para as práticas interdisciplinares, não negando a atividade disciplinar, mas enfatizando que a interdisciplinaridade se dá sem que haja perda da identidade das disciplinas, diz Fazenda (1994).

Caracterizando-se por uma forma menos isolada de trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade contribui para um ambiente de aprendizagem diferenciado do tradicional, com características mais democráticas e emancipatórias, considerando a diversidade como algo real. Ela propicia, na verdade, um efetivo intercâmbio entre os componentes curriculares, nas diferentes áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade trata-se de um movimento, um conceito ou uma prática que está em processo de construção e desenvolvimento dentro de dois campos distintos: o das ciências e o do ensino das ciências.

Tendo suas raízes na história das ciências modernas, a interdisciplinaridade surge como um esforço de superação ao movimento de especialização da ciência, bem como de superação da fragmentação do conhecimento em diversas áreas de estudo e pesquisa. É neste sentido que, com a aplicação da interdisciplinaridade na ciência, surgem novas disciplinas agregadoras, que unem áreas específicas do conhecimento, a fim de que se compreendam os fenômenos que seriam incompreensíveis com os conhecimentos de apenas uma área.

Na Educação Básica, a interdisciplinaridade aparece ligada à finalidade de corrigir os possíveis erros e a esterilidade acarretada por uma ciência excessivamente compartimentada e sem comunicação interdisciplinar. O conhecimento e a prática em interdisciplinaridade dão condições e suporte para que problemas complexos sejam enfrentados, exatamente por proporcionar uma visão global da realidade.

O conhecimento é dinâmico e, no sentido de que continue como tal, os sujeitos necessitam sustentar a segurança de suas incertezas. Viver em um mundo com respostas absolutas e acabadas não os leva a uma postura crítica diante dos acontecimentos. Na verdade, o pensar crítico carece da prática do conhecimento interdisciplinar. Para Fazenda (2003) o pensar e o agir se apoiam num princípio de compreensão da realidade e de suas representações. A interdisciplinaridade traz riquezas ao desenvolvimento da intelectualidade dos sujeitos, pois estabelece considerando a importância e a necessidade de interinfluência contínua entre teoria e prática, dando origem a novos conhecimentos.

Fazenda (2001, p. 15), discute a interdisciplinaridade como prática que se caracteriza na ousadia de perguntas que o homem faz ao mundo, buscando respostas. Assim, o homem descobre o quanto é importante o exercício da humildade - fundamento primeiro da interdisciplinaridade - para que desvende o conhecimento da totalidade, exaurindo-se da fragmentação.

Assim, a construção da convivência numa perspectiva democrática e emancipatória consolidada a forma de abalar o aparato normativo espreado na escola e mostrar o alargamento da construção de acordos para uma disciplina interativa e consciente, no âmbito institucional escolar. Para Aquino (2011) o que não podemos é continuar reféns das

demandas da normalização. Precisamos revestir a nossa prática de novas dimensões, mais saudáveis, mais produtivas e mais participativas.

E revestir a nossa prática de novas dimensões compreende em transformar as nossas aulas em oportunidades para que nossos alunos aprendam, convivam e habitem o espaço escolar não como meros alunos, mas como sujeitos construtores de sua disciplina e da sua aprendizagem.

## **4 ANÁLISE DE DADOS**

A pesquisa realizada levantou alguns aspectos importantes a serem discutidos a fim de buscar respostas ao problema que nos impulsionou, inicialmente, a investigar. Para saber como a escola poderia superar a indisciplina existente para construir uma prática de convivência democrática, foi necessário conhecer, em primeiro lugar as compreensões dos professores acerca da disciplina; em segundo, saber quais dificuldades a escola tem enfrentado em relação à disciplina/indisciplina; e em terceiro lugar, levantar alguns aspectos que pudessem ser caminhos para ultrapassar a ideia de disciplina/indisciplina promovendo a construção da convivência. Dos alunos, procuramos conhecer como pensam a indisciplina e o aluno indisciplinado; que relações eles veem entre a indisciplina e a aprendizagem; e que possibilidades percebem para melhorar a convivência na escola.

A aplicação de um questionário, com questões fechadas e abertas aos alunos da oitava série e a nove professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. José Schardong, da zona urbana do município de Cerro Largo - RS permitiu que coletássemos dados a serem discutidos e analisados, para chegarmos ao objetivo proposto: investigar possibilidades de o espaço formativo escolar promover a construção da convivência numa perspectiva democrática e emancipatória.

Oito questões, sendo sete abertas e uma fechada, foram destinadas aos nove professores, todos com formação universitária ou com pós-graduação. São professores de todas as áreas do conhecimento, graduados e pós-graduados, todos atuando há mais de dez anos no magistério.

Dezesseis alunos da oitava série, de treze a dezesseis anos, responderam ao questionário com seis questões abertas. Destes dezesseis alunos, onze são do sexo feminino e cinco do sexo masculino.

### **4.1. Compreensões dos professores**

Os professores responderam às questões e o que pudemos perceber é que a sua tarefa educativa escolar está calcada na ideia de disciplina para o melhor convívio, discutidas em

Vasconcelos (1994) e Aquino (1996), mas traz consigo marcas de educação nos moldes do vigiar e do punir, de Foucault (1977; 2011).

#### **4.1.1. As compreensões acerca da disciplina/indisciplina na escola**

À primeira questão, “*O que é, para você, a disciplina na escola?*”, apresentaram-se respostas relacionadas a normas e regras por parte de dois professores, sendo que para eles os alunos que cumprem normas e regras sabem respeitar e entendem que têm deveres. Dois professores relacionaram as suas respostas à organização escolar centrada em metas, que os levem a olhar para a mesma direção. Dois professores entenderam que a disciplina está relacionada à prática de valores, os quais favorecem ao clima harmonioso e de respeito.

Em se tratando da conceituação de disciplina, percebemos que a maioria dos professores da escola mantém uma consistência ao que teoriza Aquino (1996), ligando o termo disciplina ao cumprimento de normas escolares, de interesse, de atenção e de respeito para com professores e colegas da classe. Porém, o conceito de disciplina que agrega a discussão de Foucault, do exercício do poder de uns sobre os outros permanece presente.

Para os professores, o cumprimento das regras de convivência foi o item mais apontado como caracterizador da disciplina e para que alcancem objetivos/metast. Essas atitudes, que asseguram funcionamento do poder, requerem vigilância constante, a qual leva os sujeitos à dominação.

Foucault (1977; 2011) quando apresenta a reflexão da subjetivação do sujeito através do panóptico nos ajuda a compreender como o sujeito é induzido a um estado que assegure o funcionamento automático do poder, ou seja, o fato de estar em permanente vigilância e de saber que está sendo vigiado o leva à sujeição e a inscrever em si a relação de poder. Assim, funcionam as regras e normas disciplinares da escola sobre os alunos.

E tem, ainda, a questão da docilização do corpo: “É dócil o corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, diz Foucault (2011, p.118). A escola não tem a função de docilizar corpos ou de assegurar o funcionamento do poder pelo panoptismo, mas acaba fazendo. Isso é disciplinar pela teoria foucaultiana.

Entretanto, Aquino (1996) e Vasconcelos (1994) propõem pensarmos que é possível a convivência democrática e emancipatória, num processo de interação social, sem usarmos o poder como forma de docilizar o aluno. Porém, para construir esta “disciplina”, que denominamos como “convivência”, a mediação aparece como forma através da qual é possível inserir os sujeitos no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação, em vista do bem comum. Este é, assim, o papel social da escola - de atrair o envolvimento e o interesse dos alunos pelo estabelecimento de contratos e limites, bem como pelo desenvolvimento de atitudes essenciais para a convivência democrática e autônoma. Para Weil (1979, p.146), “a arte de ensinar é, antes de tudo, a arte de interessar os alunos assimilarem os assuntos”.

Os demais professores entendem que a disciplina compreende a prática de valores, pois para eles o clima de harmonia na sala, bem como o de respeito depende da vivência e da participação do aluno.

Para Vasconcelos (1994) a disciplina deve ser uma construção de acordos de forma participativa e interativa. Alguns professores entenderam que a relação professor/aluno deva ser harmoniosa e de respeito e que o respeito às regras é um dever. Aqui, é importante significarmos o que os professores querem dizer quanto ao “*respeito às regras é um dever*”, pois percebemos nas suas falas a necessidade da organização acerca de limites que a convivência coletiva nos exige. A vivência democrática exige regras; porém, a questão está em como e por que são definidas estas regras. Transcrevemos, assim, as respostas dos nove professores a esta questão:

*P1: “Toda a escola que se preza tem regras a cumprir e a criança precisa respeitar e entender que ela tem deveres. E saber respeitar os colegas, professores e direção”.*

*P2: “Disciplina é organização-direção/professores/pais/alunos: ter metas claras; todos olhar para a mesma direção”.*

*P3: “Disciplina é respeito, horário de estudos”.*

*P4: “Quando todos estão comprometidos com o estudo e a aprendizagem na escola, em clima de harmonia e respeito”.*

P5: *“Significa que os alunos e os professores possuem os mesmos objetivos: a aprendizagem e a construção do conhecimento”.*

P6: *“Disciplina na escola é construir normas e regras em conjunto e cada um cumpri-las e fazer a sua parte”.*

P7: *“O aluno que traz consigo a prática de valores”.*

P8: *Boas maneiras, dedicação aos estudos,, respeito para com os colegas e professores e toda a comunidade escolar”.*

P9: *“Quando se tem um ambiente que favorece o aprendizado de todos, relacionamento de amizade entre aluno/professor, entre alunos/colegas/direção e quando as regras são cumpridas por todos”.*

A discussão em torno da exposição de que *“todos devem olhar na mesma direção”* compreendeu na certeza de que gestores, professores, alunos e pais têm suas expectativas e, mesmo se comprometendo, no coletivo, para a construção da aprendizagem, cada um direciona o seu olhar para o que corresponde aos seus objetivos ou metas. Também, o P.P.P. considera o trabalho coletivo e parceiro, o que para muitos representa *“olhar na mesma direção”*. No entanto, sabemos que isso não é possível ocorrer numa visão totalitária, pois mesmo que a escola tenha uma proposta a ser desenvolvida por todos os sujeitos, cada professor tem objetivos, ensejos e perspectivas diferentes, relacionadas à sua prática, como também aos anseios, possibilidades e dificuldades dos alunos.

Percebemos que existe muito mais a significação do estilo disciplinar tradicional nestas construções acerca da disciplina escolar, do que a significação associada à construção da convivência de forma emancipatória e democrática. Neste sentido, Vasconcelos (1995) e Aquino (1996), que postulam a construção participativa e interativa da disciplina escolar, apresentam contribuição significativa para que professores repensem o seu entendimento sobre a disciplina e passem a compreendê-la como um movimento construído no coletivo, superando a conceituação tradicional e aportando na prática voltada ao que diz Vasconcelos (1996, p. 98): *“é importante também desenvolver o senso de responsabilidade coletiva pela aprendizagem e pela disciplina em sala de aula”.*

À segunda questão, *“O que é, para você, a indisciplina na escola?”*, apresentaram-se respostas relacionadas ao mau comportamento e à falta de limites, por parte de quatro

professores. Três professores entenderam que a indisciplina está ligada à falta de comprometimento com as regras. E dois professores acreditam que a indisciplina se dá porque a aprendizagem está em segundo plano, ou seja, quando o aluno centra o seu interesse nas brincadeiras e demais formas prejudicando, assim, a si mesmo e à turma.

A indisciplina para muitos professores tem o sentido geral apresentado pelos dicionários, de desobediência e insubordinação. O mau comportamento, a falta de limites e o (des)comprometimento com as normas/regras foram os itens mais citados; seguidos da ideia de que a indisciplina acontece quando o aluno centra seu interesse em outras atividades, que não as da aula. Entendemos que se o aluno se mostra tão desinteressado, o professor deva ouvi-lo e dar-lhe oportunidades de exposição do que o inquieta, o leva à conversa ou à distração. Vimos em Aquino (1996) que as situações de aprendizagens não precisam ocorrer, sempre, num ato silenciado. Isso também pode gerar frustração no aluno.

As regras disciplinares, construída por gestores e professores, ou seja, definidas pela escola, sugerem o que Foucault (1977; 2011) discute em sua obra *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Aos alunos, são lidas as regras disciplinares, no começo do ano letivo, e o seu descumprimento implica em sanções, numa composição de forças para a eficiência e para o comportamento desejado. Essas regras, na verdade, em se tratando de disciplina consciente e interativa podem ser transformadas em acordos, se construídos pelos sujeitos que convivem no espaço escolar. A oportunidade de reflexão e diálogo, em conjunto, buscando encontrar soluções para os conflitos e estabelecer limites saudáveis à convivência do grupo, recai em construção de acordo, o qual deixa o professor mais perto do aluno. Isso significa valorizar os sujeitos, ampliando a relação afetiva e equilibrando quaisquer carências apresentada pelas crianças.

Os momentos de construção da aprendizagem e da disciplina em aula, entendida como convivência, resultam da multiplicidade que marca, não somente as relações professor/aluno, mas do ambiente, da análise clara dos objetivos da proposta pedagógica, da mediação concreta e acertada nestas construções.

Dar um novo sentido à disciplina escolar, nesta escola, compreenderá em apostar em ferramentas eficientes, que possam levar à conscientização de toda a comunidade educativa.

Essa conscientização compreende em refletir sobre a realidade, projetar finalidades e formas de mediação.

Neste sentido, as respostas de alguns professores à Questão 2 foram:

*P4 “A indisciplina na escola acontece quando o estudo e a aprendizagem estão em 2º plano, ou seja, alunos são direcionados por outro lado com brincadeiras, falta de interesse, que prejudicam a aprendizagem”.*

*P5 “Indisciplina é quando os alunos se desviam do foco principal, que é a aprendizagem”.*

*P8: “Falta de limites, falta de regras, falta de trabalho em equipe e falta de cooperação”.*

*P9 “Quando as regras não são cumpridas, brigas entre colegas, bate-boca entre colegas, entre alunos e professor, dentro da sala e fora da sala de aula”.*

Para Aquino (1996) e Vasconcelos (1995) a relação de autoridade e de hierarquia permitia, ao invés de propiciar autonomia, a formação de um sujeito acostumado a receber e a atender ordens. Essa formação pouco atrativa leva o indivíduo à subordinação e não lhe dá oportunidades de compreensão, participação, interação. O aluno de hoje chega à escola com maior dinamicidade, curiosidade e informação. E o professor de hoje precisa considerar o sentido de indisciplina proposto por Passos (1996), de que ela também se trata de ousadia e de criatividade.

Sendo assim, na escola em estudo, o significado e a razão de ser da disciplina/indisciplina indicam a necessidade de novos caminhos para a sua construção, que compreendam em romper com o método tradicional e apostar em formação de alunos críticos, autônomos e emancipados.

À terceira questão, “*O que caracteriza um(a) aluno(a) indisciplinado(a)?*”, quatro professores apresentaram que a falta de limites e a má educação são caracterizadores de um aluno indisciplinado. Para eles, a falta de limites e a má educação advêm do ambiente familiar e podem ser vistos nas possibilidades de: não cumprimento às regras estabelecidas, uso de palavrões e rudeza no tratamento aos demais, atraso na chegada às aulas e na entrega dos trabalhos, brincadeiras e risos no decorrer das aulas, entre outras atitudes. Três professores acreditam que o aluno indisciplinado possa ser caracterizado como não cumpridor das regras e normas escolares. Um professor compreendeu que responder, atrapalhar e não participar das

aulas são caracterizadores deste aluno e um professor entendeu que o aluno indisciplinado é aquele não comprometido e não sabedor do valor da escola.

Os elementos caracterizadores de um aluno indisciplinado, para a maioria dos professores advêm do não cumprimento às regras. Foucault (2011) discute a disciplina como uma forma de poder sobre os sujeitos, os quais obedecem docilmente, uma vez que são controlados por ela. E a renovam assumindo, no dia-a-dia, os aspectos dos efeitos deste poder. Assim, o não cumprimento às regras incorre em ato indisciplinar, o que merece punição, castigo, aplicação de sanção, sem mesmo se dar a escuta ao aluno, num processo de mediação. Esses professores vêem a normatividade do cotidiano escolar como algo significativo e que reitera, consagra e a demanda do disciplinamento. Para Aquino (1996) os eventos mais se dividem em infrações regimentais, como ausência do material de trabalho e a não realização de deveres, também citadas pelos professores como caracterizadores de indisciplina. E as atitudes impróprias, apresentadas por Aquino (1996), nos caso deste estudo, são as brincadeiras e as conversas paralelas, igualmente, consideradas pelos professores nesta questão. Entendemos que este modelo de ordem indisciplinar é clássico, uma vez que os costumes normativos são rotineiros e, através das sanções, a deterioração das práticas e das relações, quando das cobranças por parte de professores ou gestores. O cunho normalizador cheio de estratégias difusas no controle da conduta do outro, abre para uma dimensão do individualismo e não para a interação e a participação.

Na verdade, essa prática consolida a realidade de escola distanciada de práticas sociais afins: “a construção de um sujeito que, enredado na ilusão performativa de um autogoverno de múltiplas frentes, nada estaria provando além da sucumbência voluntária a determinados regimes de poder/saber em circulação no espaço social”. (AQUINO. 1996, p. 472).

Transcrevemos algumas respostas de professores a esta questão:

*P2 “Educando não comprometido; não sabedor do valor da escola”.*

*P3 “Falta de respeito, falta de interesse”.*

*P5 “Não tem limites”.*

*P6 “O caracteriza é não fazer as normas, as tarefas e transpor/burlar as normas combinadas”.*

P7 “*Mal educado, responde, não participa, atrapalha*”.

P8 “*Aquele aluno mal educado, barulhento, sem objetivos para com os estudos, petulante e dono da palavra e da verdade*”.

A questão de *falta de interesse* apontada pelos professores recai numa certeza de que a escola precisa possibilitar uma vivência social que promova o encantamento e o interesse dos alunos. É necessário que se reflita sobre os conteúdos e as práticas que vem sendo desenvolvidas na escola. O professor não pode ter uma visão liberal e nem uma visão repressora, pois não é por aí que se constrói disciplina e, sim, pelo envolvimento, planejamento e responsabilidade com a construção disciplinar e do aprendizado. Muitos dos alunos não têm interesse por motivos alheios ao âmbito escolar, e já chegam à escola, um tanto desmotivados. Porém, outros, ao se depararem com aulas pouco dinâmicas e desinteressantes e, por isso, não prestam atenção, o que resulta em descontentamento do aluno em relação ao método do professor.

Já a questão da *falta de limites* apontada pelos professores tem reflexos desta sociedade contemporânea. Vivemos em uma sociedade sem limites. E, na escola, os limites vêm sendo dados por gestores e professores de forma que aos alunos cabe a função de atender ao que lhes é imposto, respeitando regras e cumprindo com atribuições. Desrespeitadas as mesmas, os alunos passam por sanções, muito próximas as de vigilância e punição, discutidas por Foucault (2011), aplicadas no contexto de “fabricação”, considerado pelo autor como uma proposta de libertação. “As disciplinas funcionam, cada vez mais, como técnicas que fabricam indivíduos úteis. Daí se libertarem elas de sua posição marginal nos confins da sociedade.” (FOUCAULT, 2011, p. 199).

Na verdade, a escola vê a falta de limites como caracterizadora do aluno indisciplinado; sendo que o que o faz assim é a falta de estabelecimento de acordos que propiciem a construção de relações interpessoais entre os sujeitos, mais democráticas e emancipatórias.

#### **4.1.2. Dificuldades da escola em relação à disciplina/indisciplina**

À quarta questão, “*Quais são as principais causas da indisciplina na sala de aula e em outros espaços da escola?*”, quatro professores consideraram a falta de limites no aluno como causa primeira da indisciplina. Três professores entenderam que a vida familiar leva a

problemas emocionais, gerando problemas na relação aluno e professor e, conseqüentemente, a indisciplina. Dois professores responderam que alunos não têm perspectivas quanto ao seu futuro e que pais devem mostrar-se mais compromissados com a vida escolar dos filhos.

Segundo os professores, a indisciplina se manifesta nas mais diferentes formas, na escola. Transcrevemos algumas respostas a esta pergunta:

*P2 “Alunos sem visão de futuro (perspectivas); compromisso dos pais”.*

*P3 “Falta de interesse da família em acompanhar seus filhos na vida escolar”.*

*P4 “Falta de valores e famílias desestruturadas”.*

*P6 “A falta de limites, para mim, é a principal causa da indisciplina na escola”.*

*P7 “Falta de limites, não saber ouvir e falar na hora certa”.*

*P9 “Problemas emocionais dos alunos não resolvidos, são trazidos de casa. Famílias mal estruturadas, separações mal resolvidas, Pais não têm tempo para seus filhos, falta de diálogo na família. Falta de preparo do professor para lidar com esse tipo de problemas; falta de tempo e estresse, também.*

A família é o primeiro contexto de socialização da criança e do adolescente. E exerce grande influência sobre os mesmos. Os pais, com suas atitudes e práticas, interferem no desenvolvimento individual e, assim, nas construções relacionais dos filhos. Existem pais autoritários e pouco afetuosos, que criam filhos, geralmente, obedientes e organizados, mas tímidos e de baixa autoestima. E os pais permissivos, que dão valor ao diálogo e demonstram interesse pelo pensamento dos filhos, mas a sua tolerância não permite que exerçam algum tipo de controle sobre os mesmos. A ausência de acordos deixa os filhos impulsivos e imaturos, sendo que não conseguem, muitas vezes, assumir compromissos e responsabilidades. Já os pais democráticos, normalmente dão estímulos aos filhos e os acordos construídos são claros e mantidos de forma consistente. Desta forma, assumem uma postura, não pelo temor às sanções externas, mas pelos valores difundidos em sua família. Na escola, os alunos advêm de famílias que compreendem esses diferentes modelos de práticas educacionais paternas. E, na questão do desinteresse da família em dar um acompanhamento à vida escolar dos filhos, citado pelos professores como relevante nos casos disciplinares, entendemos que é muito comum, na escola pesquisada, a família esperar que a mesma assuma sozinha a função que deveria ser compartilhada. Em alguns casos, também, a família

considera a escola como pouco atrativa e exageradamente vigilante. Para Vasconcelos (1996) no passado a escola e os professores tinham valorização social: a escola era vista como um instrumento privilegiado de ascensão social; e o professor como mediador dessa ascensão.

*A falta de limites* apresentada pelos professores sobre as crianças/adolescentes, também representa a falta de limites dos adultos. O aluno está inserido num meio social que permite que seja quem é. O seu comportamento, em sala de aula, pode ser um reflexo da sociedade, marcada pela pobreza, pelo individualismo e pela violência. Essa dimensão do problema aponta para a ideia de que construímos disciplina, assim como aprendizado. Existe, nas escolas, uma concepção equivocada de construção democrática, de qualidade educacional. Se o comportamento indisciplinado é aprendido, então a falta de limites repercute em construção de indisciplina. A escola tem um papel social. Vasconcelos (1995, p. 33), diz que “não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se, além disso, de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum”. Cabe, assim, aos adultos refletirem com as crianças/adolescentes sobre a negociação das formas de convivência, no sentido de configurarem respeito mútuo e fortalecimento da vivência de relações democráticas.

Para os professores, além da falta de interesse da família, os problemas de sua desestruturação, são causas da indisciplina escolar e, por consequência disso, se dão os problemas na aprendizagem. A estruturação familiar não segue os parâmetros antigos de pai, mãe e filhos. Hoje, as crianças/adolescentes convivem com diferentes estruturas, no âmbito familiar. E isso não pode influenciar na disciplina ou na aprendizagem escolar. Acreditamos que a motivação para aprender, na escola, deva partir, primeiramente, do professor. Quando o professor planeja sua prática pedagógica o processo de ensino e aprendizagem se dá de uma forma mais eficaz e, o aluno, sendo sujeito desta construção, se sentirá motivado e, estando motivado, terá um comportamento adequado em sala de aula.

Quando nos referimos a um comportamento adequado, não nos reportamos ao estilo tradicional de postura disciplinada, mas ao cuidado que o professor precisa ter quando do seu planejamento, por exemplo, para que o aluno se sinta motivado, direcionado e com vontade de aprender. A aprendizagem com prazer possibilita a permanência em sala de aula, a atenção

à realização das tarefas, a disposição em perguntar, contribuir, participar. O professor bem humorado e capaz de demonstrar que respeita o ser humano, também promove motivação. Além disso, a metodologia diversificada representa elemento indispensável para o processo de ensino e aprendizagem. Ter segurança no conteúdo é caracterizador de um professor capaz de usar o seu conhecimento e conectá-lo à realidade do aluno, levando-o a interessar-se pela aula e a se apropriar do saber, de forma que possa, posteriormente, colocar em prática, no seu dia-a-dia o que construiu, em aula.

Ao analisarmos a resposta que assegura que a falta de limites, o não saber ouvir e o falar na hora certa são causas de indisciplina, entendemos que, para os professores, os alunos precisam esperar a sua vez de falar e não se manifestar sempre que tiver vontade, como muitos deles fazem. No entanto, nem sempre isso representa ação indisciplinada. Os sujeitos não conseguem mais permanecer sentados, de braços cruzados, quietos e como ouvintes, apenas, até segunda ordem do professor. Nem a escola pode querer que essa forma tradicional de disciplina ainda ocorra, nos dias atuais, quando o ideal seria uma disciplina consciente e interativa, de participação, de respeito, de construção do saber. Alunos só poderão se tornar sujeitos de suas construções quando puderem contar com uma formação para a autonomia, para a democracia, para emancipação e para as demais formas que os permitam fazer as suas próprias escolhas, tomar decisões, se expressar livremente ou questionar, quando acharem necessário.

Refletindo sobre esta questão, entendemos, ainda, que *o não saber ouvir e o falar na hora certa*, neste caso, deve ser analisado para além da rotulação de aluno indisciplinado. O aluno que contesta, manifestando seu descontentamento, por exemplo, tem um comportamento que compreende a livre expressão. Muitos alunos se mostram resistentes e a resistência, assim como o poder, segundo Foucault (1977, 2011) está em toda a parte. Os pontos de resistência advêm das relações do poder que é exercido na sala de aula. Ela é necessária, móvel e transitória; mas precisa ser inventiva e produtiva. Isso quer dizer que a liberdade não se confronta com resistência e poder. Na verdade, o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres que, embora individuais e coletivos, têm na escola inúmeras possibilidades de inventar e produzir e, para dar conta disso, têm reações, condutas e modos de comportamentos nem sempre condizentes com os esperados pelo professor.

À quinta questão, “*A quem você costuma atribuir a responsabilidade pela indisciplina do aluno?*”, que tinha como opções quatro alternativas: *aos pais, aos alunos, aos alunos e pais, outro*, cinco professores responderam que os pais e os alunos são os responsáveis pela indisciplina escolar; dois professores responderam que os pais são responsáveis e um professor optou pela alternativa ‘outros’, indicando a família e a escola como responsáveis pela indisciplina do aluno.

Não são somente pais e alunos os responsáveis pela indisciplina em aula. A família é uma instituição afim à escola. Pais e demais familiares precisam ser parceiros da escola e acompanhar/participar da vida escolar de seus filhos. Orientá-los, na verdade, nos encaminhamentos que dizem respeito às suas vidas de aluno. Mas a escola tem um papel social de oportunizar o enfrentamento dos obstáculos e a compreensão dos limites e das dificuldades, dando significado a esse enfrentamento. Isso permitirá a adequação do aluno no processo e, por consequência, a sua compreensão de limites, o que faz com que a disciplina se manifeste como força afirmativa.

Entendemos que a participação, o respeito e a responsabilidade na formação do caráter e da cidadania dos nossos alunos são caracterizadores de uma proposta de efetivação da disciplina democrática e emancipatória. E entendemos, ainda, que o ensino e a aprendizagem envolvem formulações para a transformação e para a capacidade para melhor lidar com toda essa complexidade que circunda as suas vidas. Neste sentido, entendemos que os professores têm um compromisso com a disciplina em sala de aula. Esse compromisso não pode ser com a fabricação de sujeitos disciplinados que ficam sob o nosso controle e poder. O que precisamos é revestir a nossa prática de novas dimensões, mais coletivas, democráticas e mais participativas, transformando o nosso fazer pedagógico em possibilidades que permitam que os sujeitos construam disciplina e aprendizagem convivendo democraticamente e habitando um espaço escolar que promova interação e emancipação.

À sexta questão, “*A indisciplina na sala de aula prejudica o aprendizado dos alunos? Como?*”, todos os professores responderam que “sim”. E seis responderam que a falta de atenção e concentração trazem sérias consequências à turma, dando o exemplo da má qualidade do aprendizado. Dois professores citaram o pouco rendimento escolar como

consequência. Um professor considerou que todos os colegas são prejudicados com a indisciplina.

Vasconcelos (1994) defende a consciência e interatividade como formas que levam à convivência emancipatória e democrática. Nestas perspectivas, consideramos de fundamental importância atentar para o desencadeamento do universo escolar, tão diversificado e entrelaçado à família e à sociedade. Os sujeitos, segundo o autor, precisam conviver em um espaço de expressão e de interação e ainda, precisam sentir que são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, concebendo a escola também como sua. Acreditamos que a disciplina consciente e interativa seja elemento fundamental, tanto na aprendizagem, quanto nas relações entre os sujeitos.

Desta forma, disciplina e aprendizagem devem ser constituídas, em aula, não pela estatização dos mecanismos de disciplina, enquanto forma de poder coextensivo a todo o corpo social. Entendemos que os castigos legais, os processos de punição e as demais formas que falseiam as relações deste poder criam entre os sujeitos laços privados de contradireito, o que os coloca sob o domínio ou sob a condição de poder. Aprendizagem e disciplina precisam ser constituídas pela atenção ao desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e social dos alunos, o que compreende em uma proposta constituída pela própria prática pedagógica do professor.

Compreendemos, ainda, que esta prática educativa deva relacionar as referências das experiências anteriores dos professores e dos alunos, mas liga-la a novas possibilidades, de modo que a postura reflexiva e investigativa da sua ação pedagógica caminhe no sentido de (re)construção da prática em abordagens interdisciplinares, por exemplo. Para Almeida e Fonseca Júnior (2000, p. 22) essa postura permite o repensar, em um ambiente inovador, sobre as potencialidades do aluno, delineando um percurso possível, o qual rompe com delimitações do cotidiano e fragmentações.

A interdisciplinaridade é uma proposta caracterizadora de formas menos isoladas de trabalho pedagógico. Ela contribui para um ambiente de aprendizado diferenciado do tradicional, com características mais democráticas e emancipatórias, considerando a diversidade como algo real. E, sendo assim, contribui com a construção da disciplina na

perspectiva da convivência solidária, pois na Educação Básica, a interdisciplinaridade aparece ligada à finalidade de corrigir os possíveis erros e a esterilidade acarretada por uma ciência excessivamente compartimentada e sem comunicação interdisciplinar. Desta forma, o conhecimento e a prática em interdisciplinaridade podem dar condições e suporte para que problemas complexos sejam enfrentados, exatamente por proporcionar uma visão global da realidade. Entre estes problemas, a falta de atenção e concentração, que trazem sérias consequências à turma, segundo os professores.

Entender a indisciplina, como o fazem tantos professores da escola pesquisada, como modo de domesticação, submissão ou doutrinação é aportar em tempo gasto em aula, bem como em oscilação entre o autoritarismo de uma educação tradicional e o espontaneísmo de uma educação moderna. Vasconcellos (1995, p. 25), apresenta que “Sempre que se pensa em disciplina, vem à mente a ideia de limite, mas não limite pelo limite, qual seja, o limite está sempre associado a algum sentido, a alguma finalidade (seja legítima ou não)”. Esse pensamento do autor remete à necessidade de reflexão e análise sobre a finalidade de busca da disciplina na escola. É necessário que compreendamos a disciplina não pela concepção idealista, mas como uma construção baseada em consciência e interatividade, o que fundamentada num projeto de enfrentamento do problema, construído e assumido pelo coletivo escolar. Gentili (2002) acredita que o professor pode fazer da indisciplina uma aliada, oferecendo aos sujeitos uma possibilidade de movimentação e de reflexão sobre as experiências de vida dos sujeitos. É uma estratégia para transformarmos a contestação em aliada, entendendo e fazendo com que os sujeitos entendam o que os incomoda e como isso pode ser transformado. Isso importa em deixarmos de lado a proposta centrada em preocupações únicas de transferência de conteúdos e obediência e apostarmos na finalidade legítima da construção da disciplina e da aprendizagem: a convivência consciente e interativa.

À sétima questão, “*Quais são as dificuldades que a escola encontra para lidar com a indisciplina*”, todos os professores entenderam que a falta de apoio dos pais é a maior dificuldade, seguida do interesse dos alunos e da liberdade que crianças e adolescentes acreditam que conquistaram.

Percebemos que a disciplina na escola pesquisada é entendida pela maioria dos professores como modo de domesticação, submissão ou doutrinação. E nos reportamos a Vasconcellos (1995, p.25), que considera: “Sempre que se pensa em disciplina, vem à mente a ideia de limite, mas não limite pelo limite, qual seja, o limite está sempre associado a algum sentido, a alguma finalidade (seja legítima ou não)”. Nestas perspectivas, entendemos que é necessária uma reflexão e análise sobre a finalidade de busca da disciplina na escola.

A arte das atribuições é vista em Foucault (2011) pela distribuição dos indivíduos no espaço, sendo que as técnicas aplicadas em quartéis, hospitais e nas clausuras facilitadoras de um sistema de vigilância, organiza estes espaços. Na escola, também tendemos a controlar os nossos alunos, a sua ausência ou presença, a sua dinâmica ou rotina, a sua entrada ou saída, observando-os minuciosamente. É o que professores fazem na organização de fileiras, as quais demarcam os sujeitos no seu espaço escolar. Quando os alunos não colaboram com o bom andamento desta organização, os consideram indisciplinados, apresentando um discurso que sugere que os mesmos não aprenderam em casa, que na escola devem obedecer às regras. Este é apenas um dos exemplos que configuram que o poder disciplinar está amarrado às forças de um corpo social. Em determinados processos educativos os professores preferem adestrar alunos, ao invés de promover com eles, pela mediação, um clima de comunicação, de segurança, de aceitação, de encorajamento, de confiança, totalmente favorável à sua participação ativa na construção da disciplina e da aprendizagem.

#### **4.1.3. Caminhos para superar a indisciplina e promover a convivência no espaço escolar**

Os caminhos para a superação da indisciplina e a promoção da boa convivência no espaço escolar compreendem em: rever conceitos e discutir com os alunos sobre as possibilidades de construção da disciplina democrática e emancipatória para dar novo sentido à escola, (re)estabelecimento dos limites, como propõe Vasconcelos (1996).

A maioria dos professores, na oitava questão *“Como a escola poderia contribuir para a superação da indisciplina e promover a convivência entre os sujeitos?”*, entenderam que é preciso chamar a família ao compromisso e à maior participação na vida escolar dos filhos. No entanto, é à escola que cabe promover a construção da disciplina escolar.

Para La Taille (1994) a indisciplina não é efeitos de certas medidas disciplinares, mas sim de todo o sistema de educação, de todas as circunstâncias da vida, de todas as influências a que os alunos estão sujeitos. E a escola é responsável para que a construção da convivência numa perspectiva democrática e emancipatória consolide a forma de abalar o aparato normativo espalhado na escola, mostrando o alargamento da construção de acordos para uma boa convivência. Segundo Aquino (2011) o que não podemos é continuar reféns das demandas da normalização. Precisamos revestir a nossa prática de dimensões mais saudáveis, mais produtivas e mais participativas. Isso compreende, na verdade, em transformar as aulas em oportunidades para que os alunos aprendam, convivam e habitem o espaço escolar. Não podemos mais querer que eles sejam meros alunos, mas que se transformem em sujeitos construtores de sua disciplina e da sua aprendizagem.

A presença dos pais na escola e o seu monitoramento da vida escolar de seus filhos é significativa, mas o compromisso da educação escolar é da instituição. Desta forma, não só a integração professor/aluno é elemento de relevância para a construção disciplinar; mas a construção de uma convivência baseada em acordos discutidos democraticamente, os quais levem os alunos a agirem coerentemente com propósitos que proporcionem a todos o direito de serem respeitados; bem como a ideia de limite associado a algum sentido ou finalidade, discutido por Vasconcelos, podem dar à escola um direcionamento a relações de respeito, de responsabilidade e de participação.

O P.P.P da escola contempla que o papel da escola diante de outros espaços formadores é o de orientar a formação integral do educando. Segundo o documento, a escola e a família têm a tarefa coletiva de crescerem nas relações interpessoais e no desenvolvimento integral do aluno, enquanto sujeito na construção do conhecimento. Assim, acreditamos que a construção da disciplina escolar cabe à escola, tendo a família como parceira na orientação dos filhos, para que cumpram com o que foi acordado de forma democrática.

Ainda, ao reconhecerem que é necessário praticar a escuta, ou seja, ouvir os alunos e considerar os seus anseios, suas inquietações e problemas, somente alguns professores demonstram interesse em valorizar a sua história de vida. Poucos procuram envolverem-se com uma forma menos isolada de trabalho pedagógico, ou seja, com o trabalho interdisciplinar, capaz de contribuir para um ambiente de aprendizagem diferenciado do

tradicional, com características mais democráticas e emancipatórias, considerando a diversidade como algo real. A maioria não se preocupa com efetivo intercâmbio entre os componentes curriculares, nas diferentes áreas do conhecimento, que a interdisciplinaridade promove - o que torna as aulas pouco atrativas, gerando, quase sempre, comportamentos indisciplinados.

Estar capacitado a mediar as diferentes situações, tendo domínio de conteúdo e dos demais conhecimentos que possam oportunizar a construção da disciplina e da aprendizagem é uma das referências para que a turma se mostre envolvida, em sala de aula. O professor precisa, conforme discute Hillal (1985), ter maturidade psicológica para que descubra os meios e as técnicas de educar atendendo as necessidades dos sujeitos, pois estes estão vivendo novos tempos, com novas perspectivas e inquietações. Os alunos precisam de referência para tomar decisões ou realizarem escolhas; e o diálogo, quase sempre, sugere a existência de limite, e leva à conquista da dignidade e do respeito. Hillal (1985), acrescenta que a causa da indisciplina pode ser entendida como um reflexo de enfraquecimento do processo de desenvolvimento moral. Assim, a falta de limites pode ser caracterizadora de ocorrências indisciplinadas em aula.

## **4.2. Compreensões dos alunos**

Os alunos responderam às questões, e percebemos que as suas concepções de disciplina não se distanciam das concepções dos professores. O que vem discutido em Foucault (1977; 2011) foi contribuição significativa para as questões ligadas à disciplina/indisciplina escolar. Ao refletirmos sobre as compreensões dos alunos, entendemos que vislumbrar a convivência dos sujeitos numa perspectiva democrática e emancipatória representa um desafio.

### **4.2.1 O sujeito indisciplinado**

À primeira questão, “O que é ser um(a) aluno(a) disciplinado(a), para você?”, os alunos responderam:

*“Seguir as ordens dos professores e das aulas”.*

*“Escutar com atenção as aulas”.*

*“Aquele que cumpre suas tarefas”.*

*“É aquele aluno que faz suas tarefas”.*

*“É um aluno que participa na aula”.*

Entendemos, assim, que para estes alunos a disciplina tem o significado de atenção e participação às aulas e cumprimento de tarefas e ordens. Na verdade, os vemos acreditando na ideia advinda de seus próprios professores e, igualmente, dos pais que, ao conversarem com a escola, deixam claro que orientam seus filhos para que prestem atenção, cumpram com as normas de convivência e se comportem.

Pensando em o que representa este “se comportar” chegamos a uma certeza que tem a ver com obediência e utilidade, vista em Foucault (1977; 2011). Assim como seus professores, a conceituação de disciplina mantém uma consistência ao que teoriza Aquino (1996), uma vez que ligam o termo disciplina ao cumprimento de normas escolares, de interesse, de atenção e de respeito para com professores e colegas da classe. Entendemos, desta forma, que é necessário rever esses conceitos, discutindo com os alunos sobre as possibilidades de construirmos uma nova disciplina, dando, também, um novo sentido para a escola, para o estudo, e um (re)estabelecimento dos limites, como apresenta Vasconcelos (1996).

Outras respostas à Questão 1:

*“Respeitar colegas, amigos e professores de maneira correta”.*

*“Fazer os temas e prestar atenção nas aulas”.*

*“É ser um aluno correto, educado e certo do que quer”.*

*“Um aluno que presta atenção e é bem educado”.*

*“Para mim ser um aluno disciplinado é estudar, ajudar os com dificuldade e ter respeito”.*

*“Um aluno que estuda, que se dedica, que presta atenção nas aulas, etc.”.*

*“É uma pessoa com educação e estudo, faz os temas e vai bem nas provas”.*

*“Estudar, se comportar nas aulas, fazer tudo certo, as coisas que os professores mandam”.*

*“Pessoa que respeita todos, cumpre as regras, faz suas obrigações, não discute com os professores”.*

*“É respeitar professores e alunos e fazer os temas”.*

*“É um aluno que tem disciplina, é ensinado e segue os conselhos ou ordens de alguém, sabe se comportar”.*

Os alunos da oitava série têm uma concepção tradicional de disciplina, ligada ao prestar atenção, fazer tudo corretamente, cumprir com obrigações. E acrescentam a essas colocações, o fato de que a disciplina tem a ver com os resultados positivos nas provas e o não discutirem com os professores. Estas respostas sugeriram uma análise voltada à teoria de Aquino (1994), que apresenta a disciplina como cotidianamente construída na escola, tendo as relações de poder como referencialidade para a sua fabricação. Mas nem por isso respeitar professores pode sinalizar o “*não discutir com eles*”. E nem “*ir bem nas provas*” pode significar ser um (a) aluno(a) disciplinado(a). Acreditamos, a partir destas respostas, que as relações de poder enfatizam automatismo e sujeição.

Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam que a educação deve promover a formação de indivíduos que tenham condutas guiadas por princípios de dignidade cidadã. É assim que entendemos que a escola precisa promover o encorajamento dos alunos de forma decisiva, no seu compromisso com o respeito aos acordos construídos no coletivo e a atenção aos limites. E é assim, também, que a construção de relações autênticas e de reciprocidade, entre professores/alunos podem aportar em disciplina na sala de aula. Daí a certeza de que estes alunos, ao responderem à primeira questão, demonstram perspectivas de conceito construído pelas ideias regulação, docilidade cumprimento de regras, vistas em Foucault (1977; 2011).

E o que esperamos destes alunos? Que possam transformar essa visão, com a ajuda de seus professores, a partir de uma prática reflexiva e dialogada, sobre as possibilidades de criação de acordos para uma boa convivência. Só assim poderão conviver de maneira democrática e interativa, como sugerem Aquino (1996) e Vasconcelos (1994). Construindo esta convivência reflexiva estarão construindo disciplina.

A pesquisa documental no P.P.P. da escola permitiu que conhecêssemos a sua política educacional de formar um cidadão consciente de seus direitos e deveres, que procure valorizar a sua história. A escola se propõe, como apresentamos no capítulo “O Contexto e o Caminho Metodológico”, a procurar compreendê-los e a ajudá-los a formarem posições frente aos acontecimentos, possibilitando-lhes oportunidades de criticidade, bem como projetando a uma

ação transformadora centrada na autoestima, no autoconhecimento, na solidariedade humana e na justiça social.

À segunda questão, “O que é ser uma(a) aluno(a) indisciplinado(a), para você?”, os alunos centraram suas respostas em desatenção, descumprimento de regras e mau comportamento. Uma aluna citou que é o *“que não faz, simplesmente, questão de aprender”*; Outra citou que é *“o que não entrega trabalhos em dia”*. Um aluno respondeu que *“é o que não dá valor à vida”* e outro apresentou que *“é ser um aluno ruim, com maus modos e não interessado”*.

Percebemos que é preciso que superemos a ideia de disciplina construída através de normas e punições, aportando em estabelecimento de acordos conscientes entre sujeitos para que vivam democraticamente. Este é o papel atual da escola – o que não está acontecendo. A concepção tradicional está mais presente na escola do que imaginávamos. A concepção da Escola Nova somente representou uma força enquanto ideário pedagógico, pois em nível de prática cotidiana escolar, em sala de aula, apareceu com pouca influência.

Os alunos, nesta questão, reproduzem em suas respostas a prática exercida pelos professores, de pressão constante sobre os alunos para que todos deem atenção aos estudos, para que realizem as suas tarefas e respeitem as normas. Essa prática de função normalizadora e coerciva oferece referência de poder, vista em Foucault (1977; 2011). E os alunos sabem que o que o professor deseja é: que sejam “corretos”, “educados”, “respeitosos” e “cumpridores de seus deveres”.

A escola pesquisada tem no seu PPP - Projeto Político Pedagógico, uma proposta voltada ao trabalho com valores, ou seja, de valorização da vida, desenvolvendo práticas voltadas a essa proposta, nas diferentes áreas do conhecimento. A resposta *“é o que não dá valor à vida”*, destinada por um aluno à questão dois, corresponde ao que vem sendo trabalhado, ou seja, aos valores e princípios propostos no P.P.P.

Também, as demandas da normalização numa relação à técnica do panóptico, explicam que o poder constituído na escola compreende a normalização. Percebemos os sujeitos se transformando em agentes de normalização, exigindo de si mesmos e dos outros que se

adequem às normas, correspondendo àquilo que a escola espera deles. Isso remete a Foucault (1977; 2011) que defende a ideia de que o poder passa pelo corpo dos indivíduos, pelos seus sentimentos e pelos seus comportamentos. Um comportamento disciplinado dá garantias a essa forma nova de poder, uma vez que os sujeitos dóceis fabricados para aumentar forças ou diminuí-las, contém em si as marcas de utilidade e obediência. Para muitos alunos, ser obediente é dar valor à vida.

À terceira questão, “Você se considera um(a) aluno(a) indisciplinado(a)? Por quê?”, os dezesseis alunos responderam:

*“Sim, porque eu não sigo todas as regras, não obedeco em tudo, pois não me disciplino totalmente”.*

*“Sim, porque às vezes converso quando não é hora”.*

*“Não me considero um aluno indisciplinado”.*

*“Não, porque faço as minhas coisas”.*

*“Sim, porque nem sempre eu sou 100% respeitosa”.*

*“Não, eu respeito a todos na escola”.*

*“Não”.*

*“Não muito. Às vezes, não cumpro com algumas coisas”.*

*“Não, porque presto atenção ao que a professora fala”.*

*“Não muito, porque às vezes eu brinco, mas às vezes eu estudo”.*

*“Sim. Porque me dedico e sei muito bem o rumo da minha vida”.*

*“No começo, sim, só que depois eu me dei conta que minhas atitudes eram de crianças e que não fazia sentido em uma aluna de 8ª série fazendo o que eu fazia, eu não estava dando um bom exemplo para os alunos de outras turmas. Mas agora eu percebi que eu cresci e parei de me comportar como criança”.*

*“Não muito, porque tento fazer o melhor para ir bem na escola”.*

*“Não”.*

*“Sim. Porque eu não faço as atividades e desobedeço às regras da sala”.*

*“Não. Porque eu faço o tema, obedeco às regras, respeito os professores e colegas”.*

Somente cinco alunos se consideraram disciplinados. Um deles apresentou resposta afirmativa, e justificou, dando a entender que o aluno indisciplinado “se dedica e sabe sobre o rumo da sua vida” - sendo que na concepção dos professores essa postura caracterizaria o aluno disciplinado. Os demais alunos se consideraram indisciplinados ou não muito. Mas a disciplina, nesta turma, corresponde a parâmetros comportamentais de relações de poder que enfatizam automatismo e sujeição.

Certamente, os alunos se veem como indisciplinados, tendo em vista o conceito que possuem a respeito da indisciplina e também, da subjetivação a que estão sendo constantemente submetidos mediante o poder para serem determinados sujeitos: dóceis. Percebemos que o conceito de disciplina dos alunos é tradicional, uma vez que a maioria dos alunos que se consideram indisciplinados apresentou respostas ligadas às regras e ao bem se comportar. Obedecer às regras de convivência, fazer os temas, respeitar aos professores e colegas, prestar atenção ao que a professora fala é uma prática construída pelos alunos no decorrer das aulas. Foucault (1995, p. 236) apresenta que a luta contra a sujeição está “se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido”. Estarem sujeitos às regras representa para esses alunos uma forma de dominação, em que os professores mandam e eles obedecem. Nestas relações, percebemos que não existe o cuidado consigo mesmo e o cuidado com o outro, sendo que cada um teria a sua função: o professor, a de exigir/cobrar e o aluno a de sujeitar-se.

#### **4.2.2. A indisciplina e a aprendizagem**

À quarta questão, “A indisciplina na aula pode prejudicar a aprendizagem? Por quê?” os alunos responderam que as atitudes de desrespeito, intolerância e não cumprimento de regras capazes de orientar a convivência grupal correspondem a caracterizadores de indisciplina nas aulas e que isso que prejudica a aprendizagem.

Para a maioria dos alunos as regras são elaboradas para serem obedecidas. E se todos obedecessem haveria um clima melhor de aprendizagem.

Todos os alunos responderam “sim” ao serem perguntados se a indisciplina prejudica a aprendizagem. E quase todas as respostas corresponderam a motivos parecidos em se tratando de prejuízo. As respostas dos alunos à Questão 4 foram:

*“Sim, pois pode atrapalhar os demais que querem aprender”.*

*“Sim, principalmente para nossos colegas, pois tira toda a concentração”.*

*“Sim, não prestando atenção ao conteúdo com certeza terá más notas na disciplina”.*

*“Sim, muita, porque ao invés de prestar atenção, está brincando”.*

*Sim. Todas as matérias devem ser passadas, se vai a um lugar diferente, não conhece, porque não foi passada a disciplina”.*

*“Sim, pois um aluno indisciplinado só tem a atrapalhar os outros”.*

*“Pode, porque o aluno não presta atenção na explicação da professora”.*

*“Pode, sim. Porque nem todos os alunos têm a mesma capacidade de aprendizado; que precisam de silêncio para se concentrar”.*

*“Muita, porque se a aluna não faz as coisas, não tem como aprender”.*

*“Sim, porque tira a atenção dos alunos que estavam prestando atenção nas aulas”.*

*“Pode, porque fica distraindo os outros e conversando”.*

*“Sim, porque assim não há chances de passar”.*

*“Com certeza, porque o aluno simplesmente deixa de estudar”.*

*“Sim, porque o aluno deixa de prestar atenção”.*

*“Sim, atrapalha a vontade de outros”.*

*“Sim. Atrapalha os outros alunos, aqueles que têm dificuldades”.*

Percebemos que os alunos ligaram o conceito de indisciplina a prejuízos voltados ao fato de o aluno indisciplinado não permitir ou levar os demais alunos a deixarem de prestar atenção. Para muitos a distração, a falta de concentração e as notas baixas são consequências advindas da indisciplina em aula.

Novamente nos perguntamos sobre o que esperamos destes alunos. E chegamos à certeza de que é preciso que colaboremos para transformar essa visão. Temos convicção de que os atos indisciplinados podem representar fatores desfavoráveis de aprendizagem e dificultá-la. No entanto, é preciso que tomemos consciência de que um espaço agradável que fomente responsabilidades para cada um, representa a necessidade de criar possibilidades de acordos para uma boa convivência. Bem melhor do que impormos regras é ter o comprometimento de todos com as decisões e procedimentos nas aulas.

Sabemos que os sujeitos têm direitos e deveres. E se convivemos em um espaço social, os combinados devem auxiliar para que o espaço da sala de aula seja de interação. Vasconcelos (1994) defende a prática dialogada e reflexiva quando da criação de acordos para uma boa convivência.

À quinta questão, “*O que você acha que é preciso fazer para evitar atos indisciplinados na escola?*”, cinco alunos responderam que a educação começa em casa, chamando os pais à responsabilidade. Um deles apresentou que os pais precisam “*pôr mais regras em casa*”. Considerando estas respostas, entendemos que a concepção destes alunos considera os limites impostos pelos pais na escola, como caracterizadores da disciplina escolar. Na escola, os limites são dados por gestores e professores, sendo que os alunos devem atender ao que lhes é imposto, e este atender compreende em respeitar regras e cumprir com atribuições. Foucault (1977, 2011) define a disciplina como forma de poder sobre os sujeitos, os quais obedecem docilmente, uma vez que são controlados por ela. Para estes alunos, os pais, que têm poder sobre os filhos, deveriam impor-lhes limites em casa e essa prática evitaria que praticassem atos indisciplinados, na escola.

Um aluno escreveu: “*Eu acho que os professores deveriam ser mais dinâmicos, pois as aulas se tornam chatas por serem repetitivas, mas claro, nem todos os profes são assim*”. Percebemos que este aluno está desmotivado e desestimulado com as aulas de alguns professores que, possivelmente, não dispõem de uma concepção que lhes ofereça métodos eficientes para o enfrentamento dos problemas cotidianos. Vasconcelos (1994) sustenta que conformismo e comodismo são caracterizadores da dificuldade de enfrentamento das situações disciplinares e da construção de relações que não condizem com o esperado. Em se tratando de intenção de construção da convivência democrática e emancipatória, é necessário que transformemos, na escola, a disciplina com poder controlador e regulador em disciplina pelo movimento da reflexão, porque um dos objetivos da escola atual é o de transformar em aprendizado com valor real, expressando a convivência soberana e independente entre os sujeitos.

Entendemos que as aulas, para serem significativas, precisam gerar interesse nos alunos. Quando existe essa busca para a consciência da aprendizagem, dificilmente ocorrerão casos de indisciplina, que são, quase sempre, gestos de desinteresse. Aí está mais uma forma de relação entre aprendizagem e indisciplina.

Também entendemos que a ocorrência da indisciplina pode estar ligada a outros fatores, como sociais, econômicos ou familiares. Alguns alunos acham que um comportamento considerado indisciplinado pode estar referenciando falta de respeito, de amor ou de limites

na relação professor/aluno ou na relação entre colegas. As quatro horas diárias que os sujeitos passam juntos, na escola, devem ser qualificadas por estes três fatores, numa comunicação dialógica e de mediação.

Para Aquino (1996) a maioria dos educadores não sabe ao certo como interpretar ou administrar o ato indisciplinado. Muitas vezes um professor descuidado pode influenciar espírito de revolta, rebeldia e agressividade nos alunos, quando estes se sentem excluídos ou ridicularizados pela turma e não o vêem tomando uma atitude.

A colaboração foi, outra vez, elemento presente nas respostas dos alunos. E isso nos reportou ao que diz Foucault (1977; 2011), quando chama à atenção para a dificuldade que os sujeitos têm de tornarem-se emancipados, uma vez que os mesmos estão, sempre, suscetíveis às malhas do poder, subjetivados pelos discursos e pelas práticas que o circulam. No entanto, Aquino (1996), defende que a disciplina pode significar movimento, transposição de obstáculos ou força afirmativa; ao invés de resignação ou obediência às regras. Entendemos, assim, que os alunos da escola em estudo precisam enfrentar obstáculos e compreender os limites e as dificuldades, dando significado a esse enfrentamento. É desta prática que resultará a adequação do aluno no processo e, por consequência, a compreensão de limites, o que faz com que a disciplina se manifeste como força afirmativa.

#### **4.2.3. A promoção da convivência na escola na visão dos alunos**

Este estudo teve a intenção de chegarmos a respostas à questão “Como a escola poderia contribuir para a superação da disciplina/indisciplina promovendo a convivência entre os sujeitos?”. Melhorar a convivência na escola, na visão dos alunos compreende em possibilidades de novas perspectivas às relações professor /aluno para que se constituam em sujeitos do ato de conhecer, o que poderá promover vinculação entre as relações e o convívio democrático e emancipatório.

À sexta questão, “E para promover a melhor convivência na escola é preciso fazer o quê?”, os alunos responderam:

*“Pedir aos pais que eduquem os filhos, porque educação vem de casa”.*

*“É preciso que as pessoas (alunos e profes) tenham cooperação e cumpram direitos e deveres”.*

*“Saber cada um respeitar o outro, com seus defeitos e qualidades, sendo um “nerd” ou não, é preciso primeiro de tudo, respeitar”.*

*“Os professores tentam compreender os alunos e que os alunos tentam compreender os professores”.*

*“Todos têm que colaborar e perceber que a escola foi feita para estudar, para futuramente crescer no mercado de trabalho e ser uma pessoa bem sucedida”.*

*“É preciso ser companheiro e ajudar quem realmente precisa”.*

*“Não fazer bagunça com as coisas que pertencem à escola, e respeitar todos em sua volta”.*

*“Mais jogos e uma aula mais alegre”.*

*“Fazer algo que todos gostam e cumprem”.*

*“Respeito”.*

*“Melhorar a disciplina com os alunos”.*

*“Ter mais educação e respeito entre alunos e professores”.*

*“Estudar na hora certa, ser um bom aluno e também brincar na hora certa”.*

*“Ter boas notas, ter respeito, uns aos outros, tá sempre de bem”.*

*“Para melhorar a convivência na escola é preciso ser amigo de todos e ser educado com todos”.*

*“Os alunos querem, se isso não acontece, não adianta”.*

Uma aluna, respondendo que *“Os alunos querem, se isso não acontece, não adianta.”*, demonstrou que entende que os alunos estão dispostos a ter esta convivência, mas não está acontecendo. Entendemos que somente uma prática reflexiva e dialogada sobre as possibilidades de criação de acordos para uma boa convivência levaria essa turma a conviver de maneira democrática e interativa, como sugerem Aquino (1996) e Vasconcelos (1994). Na escola, existe a intenção de atitude cotidiana de ajuda em prol do primar pela boa convivência, a qual se daria nas dimensões da colaboração na (re) construção da prática pedagógica dos professores; no modo coletivo e interativo de programações nas diferentes áreas, na troca de experiências, no envolvimento nos projetos e nas oportunidades de manifestações e colaboração. Mas não se reflete e não se dialoga muito sobre a visão dos alunos a respeito destas construções.

O respeito e a boa educação, para a maioria dos alunos são sinalizadores de promoção da melhor convivência na escola. Um deles apresenta, ainda, que é preciso *“Pedir aos pais que eduquem os filhos, porque educação vem de casa”*. O fato de terem respeito ao outro e às normas representa este discurso normativo, na atualidade escolar, reforçando a ideia de que a ação escolar captura a referencialidade das demandas da normalização. Para os alunos, as sanções normalizadoras qualificam e classificam as indisciplinas.

Quando as alunas respondem que para promover melhor a convivência na escola é preciso “*Estudar na hora certa, ser um bom aluno e também brincar na hora certa*”, e “*Não fazer bagunça com as coisas que pertencem à escola, e respeitar todos em sua volta*”, percebemos que a normalização da disciplina aparece, mais uma vez, compondo forças para a eficiência e para o comportamento desejado. E o que se vê é a reprodução de um discurso adulto caracterizador da disciplina para o alcance de objetivos/metapas. Mais uma vez, nas atitudes esperadas dos alunos, estaria o desejo de que as mesmas assegurassem funcionamento do poder: hora de estudar é de estudar; hora de brincar é de brincar.

A escola pode ser um espaço que possibilita a superação da noção de disciplina como ideia de bom comportamento. Na escola, a construção da disciplina vai muito além do não fazer bagunça ou cumprir com regras, seguindo a direção das boas notas. Ampliamos o conceito de disciplina para construir a convivência entre os sujeitos neste espaço social, pela nova compreensão, que envolve a atuação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, para que ele se sinta capaz de dar opiniões, tomar decisões, expressar-se livremente, perguntar, questionar, fazer escolhas. Aquino (2011) apresenta que não podemos continuar reféns das demandas da normalização. Precisamos revestir a nossa prática de novas dimensões, mais saudáveis, mais produtivas e mais participativas, para termos alunos mais felizes e realizados, na escola.

As respostas “*Mais jogos e uma aula mais alegre*” e “*Fazer algo que todos gostam e cumprem*” remete a uma certeza a que chegamos ao lermos Weil (1979, p.146), que diz que “a arte de ensinar é, antes de tudo, a arte de interessar os alunos assimilarem os assuntos”. Desta forma, acreditamos que é preciso, na verdade, que os professores revistam a sua prática de novas dimensões transformando as suas aulas em oportunidades para que os alunos aprendam, convivam e habitem o espaço escolar não como meros alunos, mas como sujeitos construtores de sua disciplina e da sua aprendizagem. Quando o aluno sugere que a escola promova mais jogos e aulas mais alegres, deixa implícito que as aulas não o agradam. Assim, também, se dá quando a aluna diz que é preciso fazer algo que todos gostem. É assim que os momentos de construção da aprendizagem e da disciplina em aula resultam da multiplicidade

que marca, não somente as relações professor/aluno, mas do ambiente, da análise clara dos objetivos da proposta pedagógica, da mediação concreta e acertada nestas construções.

A resposta *“Todos têm que colaborar e perceber que a escola foi feita para estudar, para futuramente crescer no mercado de trabalho e ser uma pessoa bem sucedida”* demonstra a preocupação da aluna com o seu futuro. O papel da escola atual é superar a ideia de indisciplina existente através de normas e punições, para aportar em estabelecimento de acordos conscientes entre sujeitos para que vivam a democracia e tenham a capacidade de lidar melhor com a complexidade do mundo. Voltamos a citar Vasconcellos (1995), que apresenta que formas autoritárias de educação são determinantes de desmotivação ao aluno e de indisciplina. Para o autor, os sujeitos precisam ter espaço de expressão e de interação, para sentirem que a escola também é sua e que são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Esta interação carrega consigo as marcas do espírito de cooperação e colaboração proposto no P.P.P. da escola, que apresenta a existência de uma preocupação voltada à oportunidade para que o aluno vivencie experiências de valores cooperativos e de parceria. A autoestima e a valorização do ser devem ser presenças constantes na vida escolar, pois a inteireza e o cooperativismo responsável capacitam para o envolvimento com a sociedade em transformação. Desta forma, a aluna entende a escola como um espaço capaz de possibilitar oportunidades futuras promissoras e emancipatórias, mas o aluno precisa ser colaborador.

*“É preciso que as pessoas (alunos e profes) tenham cooperação e cumpram direitos e deveres”* é outra resposta que nos levou à compreensão de que alguns alunos têm presente a importância da cooperação nas aulas. Sendo o professor um mediador, promoverá um clima de comunicação, de segurança, de aceitação, de encorajamento, de confiança, totalmente favorável à participação ativa dos alunos.

Considerando a proposta de emancipação dos sujeitos, atrelada às possibilidades de expressão de pensamento, por exemplo, a prática do conhecimento interdisciplinar traz uma imensa riqueza para o desenvolvimento da intelectualidade do ser humano, além de proporcionar uma aprendizagem que esteja ligada às suas indagações, descobertas e desejos de construção de novos conhecimentos.

É desta forma que acreditamos que um movimento geral da reflexão capaz de produzir um novo conceito para a disciplina preocupada com a convivência articula-se em torno de três grandes eixos, como apresenta Vasconcelos (1994, p.18). Um dos eixos é o da análise da realidade, que compreende na percepção de como se manifesta e de como se compreende o problema. O outro eixo é o da projeção de finalidades, que se volta à questão sobre qual disciplina queremos e sobre a direção de nossos esforços para alcançá-la. E o terceiro é o eixo das formas de mediação, as quais se centram em o que seria necessário fazer para equacionar o problema da disciplina, a ponto de transformá-la em disciplina democrática e emancipatória. Se os professores se mostrassem envolvidos com a análise da realidade, com a projeção de finalidades e com as formas de mediação, muitos problemas disciplinares poderiam ser resolvidos. E a proposta de emancipação dos sujeitos não estaria apenas no patamar dos desejos de poucos alunos.

### **4.3 Limitações e possibilidades**

A respeito dos três pontos trabalhados com alunos e professores - o sujeito indisciplinado, as dificuldades da escola em relação à disciplina/indisciplina e a promoção da convivência na escola na visão dos alunos -, entendemos que podemos nos sentir enfraquecidos ao nos depararmos com dificuldades cotidianas no ambiente escolar.

O trabalho parceiro e coletivo, muitas vezes, não acontece porque ainda encontramos professores desmotivados ou resistentes a mudanças. O compromisso de todos deve estar acima do individualismo, que atrapalha o planejamento, a organização e o trabalho escolar. O interesse de um pelos outros, a aceitação mútua e o cuidado com o corpo e com a alma também fazem parte de uma arremetida em favor da convivência democrática e emancipatória, representando possibilidades de acerto no trabalho coletivo.

O professor precisa estar capacitado e ter uma relação afetuosa com o aluno. Essa afeição, no entanto, deve ser autônoma e ajustada. Deve, assim, permitir que ele exerça as suas funções de líder e mediador, porque a relação professor/aluno deve ser com interesse no desenvolvimento integral do sujeito. O PPP da escola apresenta uma preocupação relacionada

a esta questão, mostrando que professores devem conhecer os seus alunos na sua totalidade e ajudá-los conforme as suas necessidades.

Entendemos que muitas limitações precisam ser revistas na escola, entre elas as concepções de disciplina/indisciplina e o reclamo de obediência, cumprimento de regras e respeito a colegas e professores.

Se para muitos a disciplina está ligada ao cumprimento de normas escolares, de interesse, de atenção e de respeito para com professores e colegas da classe, é preciso que (re)pensemos essas concepções, para que as novas relações sociais estabeleçam democratização das decisões e formação da cidadania. A escola em estudo tem um desejo de enfrentar a problemática disciplinar. Dispor de uma concepção que ofereça aos professores métodos eficientes para o enfrentamento do problema é deixar de lado o conformismo e o comodismo que, para Vasconcelos (1994) são caracterizadores da dificuldade de enfrentamento das situações disciplinares.

O PPP da escola, construído coletivamente, norteia a prática pedagógica, organizacional e administrativa. No entanto, pautar a gestão da escola no PPP não seria o suficiente. Isto implica na participação da comunidade escolar na definição de suas políticas e seus projetos educacionais, mas professores, alunos e demais sujeitos precisam, efetivamente, participarem deste processo desafiador de construção da disciplina escolar. A democracia e a emancipação deveriam ser o objetivo comum de todo o universo escolar.

Vasconcelos (1994) e Aquino (1996) apresentaram um caminho possível para a construção da convivência democrática. O envolvimento de todos os sujeitos na tomada de decisões e no estabelecimento de acordos contribui para uma atmosfera de respeito, cooperação e autorregulação.

A disciplina na perspectiva democrática e emancipatória é um desafio compartilhado e integrado do repensar tanto da forma administrativa, quanto da forma pedagógica escolar de agora. Para consolidarmos a democracia e a emancipação neste ambiente, é preciso que a escola esteja interligada à sociedade em uma nova relação e que elimine controles formais. Desta forma, a democratização institucional representará um meio de chegarmos efetivamente

à prática social, contribuindo para que se fortaleça e se amplie o processo democrático escolar. O fortalecimento da escola e a conquista da autonomia político-pedagógica são condições indispensáveis para promover a qualidade educativa, se constituindo em instrumentos para a cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a importância da construção de uma disciplina consciente e interativa para a perspectiva da convivência democrática e emancipatória, uma vez que teve o objetivo primeiro de demonstrar os resultados da investigação acerca das concepções de disciplina/indisciplina presentes na realidade escolar, bem como as dificuldades que a escola tem vivenciado em relação à disciplina/indisciplina.

Ao considerarmos a visão de Foucault, que explica como o poder produz os sujeitos através da disciplina que submete e controla o sujeito individual e coletivo, procuramos outras formas para resistir a este poder, construído em rede, problematizando-o e cruzando com o que dizem Vasconcelos e Aquino. E isto nos permitiu que chegássemos a alguns resultados.

Primeiro, entendemos que para as causas indisciplinares que ocorrem na escola possuem diferentes compreensões, algumas ligadas à ideia de que disciplina é obediência e submissão. Por isso, se quisermos construir uma convivência em que os sujeitos sejam emancipados, fazem-se necessárias outras abordagens e análises a respeito da disciplina/indisciplina dos alunos na escola. Para consolidarmos a democracia e a emancipação neste ambiente, será preciso a construção de uma escola e interligada à sociedade em uma nova relação e que elimine controles formais.

Entendemos, ainda, que é possível construirmos, na escola, a boa convivência pelo estabelecimento de acordos conscientes entre sujeitos, para que convivam democraticamente, numa perspectiva emancipatória. Mas o que vemos, muitas vezes, é a escola promovendo a produção de sujeitos dóceis, através de vigilância, regras e punições.

A possibilidade de construirmos uma convivência baseada em acordos discutidos democraticamente, que levam os alunos a agirem coerentemente com propósitos que proporcionem a todos o direito de ser respeitados está em acordo com a ideia de limite associado a algum sentido ou finalidade, discutido por Vasconcelos, que propõe à escola um direcionamento de construção da relação professor/aluno com marcas de respeito, de responsabilidade e de participação tanto na construção do conhecimento, quanto na formação do caráter e da cidadania. Esta proposta de disciplina construída pela consciência e pela

interatividade dá aos sujeitos a possibilidade de verem a escola como um espaço de expressão e de interação, ou seja, permite que os mesmos a vejam como sua.

Também, entendemos que apesar de que o conceito de disciplina escolar ainda esteja, hoje, associado à base de obediência às regras e aos limites, é possível que este significado possa ser transformado. Ao superarmos a noção de disciplina com ideia de bom comportamento, e apostarmos na construção da disciplina consciente e interativa, ampliamos o seu conceito a fim de construirmos a convivência entre os sujeitos na escola, este espaço social que tem o papel de envolver os alunos no processo de ensino e aprendizagem, para que se sintam capazes de dar opiniões, tomar decisões, expressarem-se livremente, perguntando, questionando e fazendo suas escolhas.

Novas dinâmicas contribuem para a construção de um espaço escolar democrático e interativo, pois abalam o aparato normativo espreado na escola e mostram o alargamento possível pela construção de acordos para uma disciplina interativa e consciente. Para deixar de sermos reféns das demandas da normalização, precisamos apostar em construção coletiva, a qual envolve o todo escolar. E ao referenciarmos as construções coletivas, nos valemos da interdisciplinaridade, que uma prática moderna que leva os sujeitos a presentificarem-se nas construções em aula, ou seja, a tornarem-se mais abertos e mais reflexivos. O diálogo ampliado com o conhecimento interdisciplinar permite o enriquecimento da relação com o outro e com o mundo. E permitindo este enriquecimento, tem a responsabilidade individual como marca da proposta e a responsabilidade coletiva como resultado. É o envolvimento de todos que permitirá novas atitudes solidárias frente aos desejos de criar, inovar e ir além.

É assim que concluímos que o processo educativo marcado pela interdisciplinaridade expõe a condição contextualizada a novas dinâmicas, contribuindo para um ambiente de diferenciado do tradicional, com características mais democráticas e emancipatórias. E é neste sentido que a interdisciplinaridade representa um avanço em educação.

O trabalho interdisciplinar, na verdade, abre oportunidades de práticas com conteúdos independentes dos livros didáticos e aponta para a criação de um espaço propício para diálogo na educação de crianças e adolescentes, pela interatividade e democracia. Isto porque os sujeitos precisam não somente conviver em um espaço de expressão e de interação, mas

construir coletivamente a disciplina. Estando o aluno envolvido com o criar, com o inovar e sentindo-se sujeito destas construções coletivas - pautadas em ordem, subjetividade e emoção da troca -, estará coexistindo numa dimensão de liberdade e totalidade, sugerida pelo trabalho interdisciplinar escolar.

No entanto, percebemos que existe uma relação entre as normas construídas pela escola com as sanções e o panoptismo visto em Foucault. O objetivo principal do panóptico está na indução do sujeito a um estado que permita o funcionamento automático do poder. É neste sentido que estar em permanente vigilância e saber que está sendo vigiado leva o sujeito a inscrever em si a relação de poder. Entendemos desta forma que o indivíduo vai se tornando o princípio de sua própria sujeição. As práticas ou as relações de poder estabelecidas na sociedade fazem com que o poder seja o próprio funcionamento da sociedade. Na escola, as normas construídas precisam ser cumpridas; caso contrário, são aplicadas as sanções dispostas no Regimento Escolar, de forma a punirem alunos tomados como indisciplinados. A partir daí, entendemos que ao invés de impor limites pelas normas de convivência, a escola deveria se envolver com a construção de acordos para uma convivência reflexiva, favorecendo o estabelecimento de relações interpessoais entre os sujeitos para que construam possibilidades de emancipação, embora saibamos que ela nunca ocorrerá plenamente, tendo em vista que não escapamos da subjetivação pelo poder.

Na verdade, a participação, o respeito, a responsabilidade na formação do caráter e da cidadania são caracterizadoras desta proposta de efetivação da disciplina democrática e emancipatória. Estas formulações para a transformação e para a capacidade de lidarmos melhor com as complexidades que circundam a vida dos sujeitos, compreendem em revestirmos a nossa prática de novas dimensões. Transformando as aulas em oportunidades para que nossos alunos aprendam, convivam e habitem o espaço escolar como sujeitos construtores de sua disciplina e da sua aprendizagem, os tira do patamar de meros atores. É desta forma que a democracia e a emancipação devam ser o objetivo comum de todo o universo escolar.

É importante que construamos uma disciplina consciente e interativa para a perspectiva da convivência democrática e emancipatória. O objetivo primeiro de demonstrar os resultados da investigação acerca das concepções de disciplina/indisciplina presentes na realidade

escolar foi alcançado, assim como a percepção das dificuldades que a escola tem vivenciado em relação à disciplina/indisciplina.

A contribuição de Vasconcellos (1994; 2004), a este estudo apontaram, ainda, para a ideia de que os sujeitos precisam ter espaço de expressão e de interação, para sentirem que a escola também é sua e que são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Assim, o professor precisa ser um mediador e envolver-se em garantias de um clima de comunicação, de segurança, de aceitação, de encorajamento, de confiança, totalmente favorável à participação ativa dos alunos. Se os professores se mostrarem envolvidos com a análise da realidade, com a projeção de finalidades e com as formas de mediação, muitos problemas disciplinares poderão ser resolvidos. E a proposta de emancipação dos sujeitos não estará apenas no patamar dos desejos de alguns alunos, que percebem a escola lidando com autoritarismo.

O jeito autoritário de educar é visto por Vasconcellos (1995) como determinante de desmotivação ao aluno e de indisciplina. Neste sentido, pensar em disciplina e indisciplina escolar pelo viés da educação dialético-libertadora é, não somente aportar em caminhos que direcionam para a compreensão das concepções de disciplina/indisciplina que ocorrem no âmbito escolar; compreende a proposição de possibilidades à construção da convivência de forma consciente e interativa. Assim, as formas de mediação se centram em o que seria necessário fazer para equacionar o problema da disciplina, a ponto de transformá-la em disciplina democrática e emancipatória.

A pesquisa realizada apresentou dados que nos permitiram perceber a concepção dos professores e dos alunos sobre a disciplina. Para a maioria dos professores a disciplina é entendida como modo de domesticação, submissão ou doutrinação. E para a maioria dos alunos, ser um disciplinado é seguir conselhos e ordens, sendo educado. Neste sentido, entendemos que será necessária uma reflexão e análise sobre a finalidade de busca da disciplina na escola. E, com esta reflexão, uma tomada de consciência de que é preciso promover, pela mediação, um clima de comunicação, de segurança, de aceitação, de encorajamento, de confiança, totalmente favorável à participação ativa de todos os sujeitos na construção da disciplina e, igualmente, da aprendizagem.

## 8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. J. ; FONSECA J. F. M. **Projetos e ambientes inovadores**. Brasília: SED e Seed/ Proinfo – Ministério da Educação, 2000.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.
- \_\_\_\_\_, J. G. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003
- CAEIRO, J. ; DELGADO, P. **Indisciplina em Contexto Escolar**. Horizontes Pedagógicos, 2005.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.
- \_\_\_\_\_, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas Papirus, 1994.
- \_\_\_\_\_, I. C. A. (Org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_, (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_, M. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- \_\_\_\_\_, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GENTILE, P. A. **A indisciplina como aliada**. Revista Nova Escola, São Paulo, n.149, p.16, janeiro/fevereiro. 2002.
- GORE, J. **Foucault e educação: fascinantes desafios**. In: SILVA, T. T. (org.) **O sujeito da educação; estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-20.
- HILLAL, J. **Relação professor-aluno: formação do homem consciente**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- HOUAISS, A. (1915-1999) **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. S/C Ltda – 3. ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- LA TAILLE, Y. de; J.J.M.R. Prefácio à edição brasileira. In Jean Piaget. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- \_\_\_\_\_, **Limites: Três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: **As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskyana**. In: AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. **Metodologia Dialética-Libertadora de Construção do Conhecimento em Sala de Aula** (Série Cadernos Pedagógicos do Libertad, n. 2). São Paulo, Libertad. 1991.

\_\_\_\_\_, C. S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 1994.

\_\_\_\_\_, C. S. **(In)Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad Editora, 2004.



( ) falta de limites; desrespeito à pessoa/autoridade do educador e às normas da instituição; conversa/brincadeira generalizada; falta de pontualidade quanto à realização de tarefas/trabalhos, de atividades extraclases; agressões verbais e físicas que figuram violência, Bullying, entre outros são ocorrências indisciplinadas.

( ) todas as manifestações perturbadoras que requerem o aprendizado de socialização, interação e consciência, assim como requer a indisciplina social – como fome, mortalidade infantil, desemprego, corrupção, assalto, sequestro, neonazismo, violência no trânsito, pichações, depredações, lixo no chão, extermínio de crianças, impunidade, etc.

( ) apontaria outras: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. Quais são as **dificuldades** encontradas pelos professores, considerando-se as ocorrências de indisciplina?

( ) não as conheço

( ) conheço e são: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que fui informado(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que, neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim.

Declaro que fui informado(a) de que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) entrevistado(a)

Cerro Largo; novembro de 2012.



*serão sigilosos. Eu compreendo que, neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim.*

*Declaro que fui informado(a) de que posso me retirar do estudo a qualquer momento.*

*Nome por extenso* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do(a) entrevistado(a)*

*Cerro Largo; novembro de 201*